



ANAIS DE HISTÓRIA DE ALÉM-MAR

Vol. X (2009)

ISSN 0874-9671 (impresso/print)

ISSN 2795-4455 (electrónico/online)

Homepage: <https://revistas.rcaap.pt/aham>

Um estreito globalizado: a luta por Ormuz (1622) e a globalização das relações internacionais no período moderno

Graça Almeida Borges 

Como Citar | How to Cite

Borges, Graça Almeida. 2009. «Um estreito globalizado: a luta por Ormuz (1622) e a globalização das relações internacionais no período moderno». *Anais de História de Além-Mar* X: 309-359.
<https://doi.org/10.57759/aham2009.37344>.

Editor | Publisher

CHAM – Centro de Humanidades | CHAM – Centre for the Humanities
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
Universidade NOVA de Lisboa | Universidade dos Açores
Av.^a de Berna, 26-C | 1069-061 Lisboa, Portugal
<http://www.cham.fcsh.unl.pt>

Copyright

© O(s) Autor(es), 2009. Esta é uma publicação de acesso aberto, distribuída nos termos da Licença Internacional Creative Commons Atribuição 4.0 (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt>), que permite o uso, distribuição e reprodução sem restrições em qualquer meio, desde que o trabalho original seja devidamente citado.

© The Author(s), 2009. This is a work distributed under the terms of the Creative Commons Attribution 4.0 International License (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>), which permits unrestricted reuse, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.



As afirmações proferidas e os direitos de utilização das imagens são da inteira responsabilidade do(s) autor(es).
The statements made and the rights to use the images are the sole responsibility of the author(s).

UM ESTREITO GLOBALIZADO: A LUTA POR ORMUZ (1622) E A GLOBALIZAÇÃO DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS NO PERÍODO MODERNO *

por

GRAÇA ALMEIDA BORGES **

Introdução¹

Este estudo coloca o seu enfoque na luta pela posse e controlo de Ormuz no primeiro quartel do século XVII. Em 1622, num contexto mais alargado de declínio e de assédio ao seu império asiático, os portugueses perderiam esta importante posição estratégica, conquistada cerca de um século antes, para uma aliança que juntava num mesmo eixo ingleses e persas. O assunto, porém, está longe de dizer respeito apenas à história de Portugal ou do seu império e ainda mais longe de poder ser considerado meramente como um conflito localizado. É um conflito que merece ser analisado à luz de uma pluralidade de problemáticas regionais diversas, nas quais se enquadra e que nele convergem.

* Este trabalho é uma versão adaptada da dissertação de mestrado em História Moderna e Contemporânea, especialização em Relações Internacionais, defendida no ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, a 30 de Outubro de 2008, um trabalho realizado sob a orientação do Professor Doutor José Vicente Serrão do mesmo Instituto, a quem muito agradeço todo o apoio e acompanhamento. Esta versão revista da tese beneficiou ainda dos comentários e sugestões dos Professores Jorge Flores (Brown University) e Rui Manuel Loureiro (Câmara Municipal de Lagos e CHAM), arguentes da mesma, a quem também muito agradeço.

** Doutoranda no Instituto Universitário Europeu e membro do Centro de História do ISCTE-IUL.

¹ No que diz respeito aos arquivos, bibliotecas e colecções de documentos, cumpre referir algumas abreviaturas: BA – Biblioteca da Ajuda; BNL – Biblioteca Nacional de Lisboa; Graça – Miscelâneas Manuscritas do Convento da Graça (Arquivo Nacional da Torre do Tombo); ML – Manuscritos da Livraria (Arquivo Nacional da Torre do Tombo); SV – Colecção de São Vicente (Arquivo Nacional da Torre do Tombo); TT – Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Na transcrição das fontes procurou utilizar-se o português corrente. As demais citações e excertos traduzidos para português que se encontrarão ao longo deste trabalho são de autoria e responsabilidade da autora.

Com efeito, na disputa por Ormuz (entenda-se: a ilha, o estreito e, por extensão, o Golfo Pérsico e o Mar Árábico), além da luta entre portugueses e persas, encontramos também uma projecção dos conflitos e rivalidades entre potências europeias (Portugal, Espanha, Inglaterra e Províncias Unidas), aí transpostos para uma dimensão ultramarina. Encontramos ainda reflexos dos conflitos e rivalidades que opunham, em geometrias múltiplas e variáveis, as várias forças islâmicas (principalmente persas, otomanos, árabes, uzbeques, afegãos e mogóis) desse imenso quadro regional que ia desde o Mediterrâneo até ao sub-continente indiano, passando pelo Médio Oriente e pela Ásia Central. E encontramos finalmente, o que é ainda mais significativo, uma intersecção entre essas diversas tensões próprias de quadros regionais tão distintos e, em alguns casos, tão afastados.

Ao juntar numa mesma travessa este vasto leque de potências, oriundas de geografias tão dispersas no mapa mundial, o conflito que envolveu Ormuz no primeiro quartel de Seiscentos adquiriu assim uma escala global. É isso que nos permite formular a hipótese de que este conflito poderá ser tomado como o primeiro grande exemplo do processo de globalização das relações internacionais no Período Moderno. Ao revisitarmos este conflito, o objectivo deste trabalho é assim, em última análise, o de reequacionar o seu significado à luz da problemática da globalização.

O trabalho está organizado em cinco partes. Começar-se-á por procurar perceber a importância económica e estratégica de Ormuz e os interesses que a região do Golfo Pérsico suscitava tanto nas potências regionais como nas europeias a partir do início do século XVI. A segunda parte procurará sintetizar o contexto político quer na Europa, quer no Médio Oriente e Ásia Mogol em finais de Quinhentos, para se perceber as circunstâncias que convergiram no estreito de Ormuz a partir do virar do século. Na terceira parte, o enfoque será dado à gradual aproximação dos persas ao Golfo Pérsico (e a Ormuz, em particular) a partir do início do século XVII, para em seguida, numa quarta parte, se concentrar na chegada de ingleses e holandeses à região e no modo como esta viria a interferir na diplomacia entre as potências regionais e as europeias. Uma última parte ficará reservada para a luta por Ormuz propriamente dita e para o modo como os conflitos, rivalidades e alianças regionais e europeias se cruzaram no estreito de Ormuz no primeiro quartel do século XVII, adquirindo uma dimensão global.

1. Os Portugueses em Ormuz e no Golfo Pérsico no Século XVI

Nos seus 45 quilómetros de diâmetro pouco mais crescia além de sal e enxofre, mas nem por isso Ormuz deixava de invadir o imaginário do mercador quinhentista com a fama das suas riquezas, uma fama apregoada pela palavra de viajantes e cronistas que faziam da minuciosa observação o seu ofício².

² Dos relatos quinhentistas e seiscentistas são muitos os que se encontram hoje disponíveis em edições impressas. Entre eles, os de Duarte Barbosa, Fernão Lopes de Castanheda,

À chegada dos Portugueses à região, no alvorear do século XVI, Ormuz³ era um pequeno reino autónomo que pagava um tributo ao Xá da Pérsia, mas que gozava de autonomia suficiente para que a sua soberania tocasse ambas as margens do Golfo Pérsico. A influência deste «verdadeiro empório na encruzilhada do mundo iraniano, do mundo árabe e do mundo indiano»⁴ alargava-se assim não só a pequenas ilhas quase desertas espalhadas pelo Golfo, como também a ilhas maiores em área, população e riqueza, como Queixome, cuja fertilidade era fundamental para o abastecimento de água e comida a Ormuz, e Barém, famosa pela sua riqueza em pérolas. Alcançava também algumas cidades e feitorias tanto na margem árabe como persa do Golfo, pequenos portos piscatórios no território do Mogostão e algumas cidades marítimas de relevância situadas no Mar de Oman, como Calaiate, Mascate ou Soar⁵.

Mas não era propriamente um domínio territorial que o rei de Ormuz procurava exercer na região. A intensa actividade comercial que caracterizava o porto ormuzino era suficiente para que a sua economia dependesse de si própria e, por isso mesmo, o único domínio que interessava a este soberano era o do tráfego comercial que navegava as águas do Golfo. Aliás, como refere Herzig, Ormuz representa «talvez o exemplo mais puro imaginável de um reino mercante»⁶. Daí que a sua influência se estendesse, essencialmente, a determinados pontos com algum valor estratégico.

Ainda que privilegiando o comércio intra-regional, Ormuz impunha-se também como um entreposto importante no comércio de longa distância. A sua intensa actividade mercantil era fomentada tanto por terra, uma vez

Pietro Della Valle, Tomé Pires e António Tenreiro. Ver o artigo de Vasco RESENDE, «L'Image de l'Islam dans la littérature portugaise des voyages du XVI^e siècle: Les itinéraires terrestres au Moyen Orient», in *Anais de História de Além-Mar*, vol. VII (2006), pp. 107-196.

³ Jean AUBIN deixou uma excelente descrição do reino de Ormuz antes da chegada dos portugueses e nos primeiros anos da sua presença na ilha, no século XVI, no seu artigo «Le Royaume d'Ormuz au début du XVI^e siècle», *Le Latin et l'Astrolabe*, vol. II: *Recherches sur le Portugal de la Renaissance, son expansion en Asie et les relations internationales*, Lisboa-Paris, Centre Culturel Calouste Gulbenkian/Commission Nationale pour les Commémorations des Découvertes Portugaises, 2000, pp. 287-377. Ver também João Teles e CUNHA, *Economia de um Império: economia política do Estado da Índia em torno do Mar Árábico e do Golfo Pérsico (elementos conjunturais, 1595-1635)*, vol. II, Dissertação de Mestrado, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 1995, pp. 19-21.

⁴ Dejanirah COUTO, «A Conquista de Ormuz», in Dejanirah COUTO e Rui Manuel LOUREIRO, *Ormuz: 1507-1622. Conquista e Perda*, Lisboa, Tribuna da História, 2007, p. 12.

⁵ Para melhor perceber como Ormuz impunha a sua supremacia comercial na região, ver Willem FLOOR, *The Persian Gulf: A Political and Economic History of Five Port Cities, 1500-1730*, Washington D.C., Mage Publishers, 2006, pp. 39-43.

⁶ Edmund M. HERZIG, «Hormuz: 'Ville Sans Antecedents, de Duree Circonscrite' (AUBIN)», in *Bulletin of the British Society for Middle Eastern Studies*, vol. 12, n.º 1 (1985), pp. 3-11, p. 5. O autor, especialista em Estudos Persas, dedicou este artigo à breve vida de Ormuz como centro comercial dinâmico e como cidade propriamente dita. Ver também D. COUTO, «A Conquista...» cit., pp. 12-14.

que importantes rotas caravaneiras⁷ incluíam o mercado ormuzino na sua escala, como por mar, atraindo navios e mercadores de regiões tão diversas como o Mar Vermelho, o Mediterrâneo ou o remoto Sueste Asiático. Este animado fluxo comercial trazia ao pequeno porto à entrada do Golfo Pérsico os mais variados produtos orientais, de especiarias a metais preciosos, de seda a algodão, de pérolas a cavalos, entre tantas outras preciosidades. Nos seus extremos, as rotas que cruzavam o estreito de Ormuz, faziam a ligação entre os mercados da Europa e os do Extremo Oriente.

Dadas as particularidades do reino de Ormuz neste início do século XVI e o seu eco pelo mundo, não é de estranhar que quando Afonso de Albuquerque se aventurou por águas arábicas já tivesse a sua estratégia bem delineada. Nas instruções iniciais do rei D. Manuel I, a prioridade residia na captura de Adém, cuja conquista permitiria bloquear a passagem das mercadorias que transitavam entre o Índico e o Mediterrâneo oriental através do Mar Vermelho. No entanto, as investidas que os Portugueses levaram a cabo contra Adém resultaram malogradas e o *Terribil* acabou por abdicar da conquista desta cidade⁸. Já em relação a Ormuz, Afonso de Albuquerque foi bastante mais persistente, mesmo depois de gorada a primeira tentativa de conquista em 1507. Consciente da sua relevância estratégica, o «leão dos Mares da Ásia»⁹ acabou por conquistar a pequena ilha em 1515, construindo a Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição.

A construção de uma fortaleza em Ormuz, uma das mais importantes praças do comércio internacional¹⁰, integrava-se na estratégia de Afonso de Albuquerque de estabelecer várias linhas de comunicação entre os portos dos mares asiáticos, que permitissem aos Portugueses controlar a rede de distribuição do comércio inter-regional do Oriente e exercer um domínio político sobre o Índico, lançando, conseqüentemente, as bases do *Estado da Índia*. Assim, além de Goa, Malaca e Adém, Ormuz seria fundamental para a concretização dos objectivos estratégicos do *Terribil* e a influência que os portugueses passariam a exercer na região através da sua presença no estreito, estender-se-ia muito para além dos escassos quilómetros da ilha. Não é ao acaso que a sua conquista é frequentemente apontada como uma das realizações mais importantes do estabelecimento dos portugueses na Ásia.

⁷ E. M. HERZIG, «Hormuz...» cit., sublinha a importância que as redes de comércio regionais desempenhavam na Ásia e como o seu controlo era uma prioridade política constante.

⁸ Michael PEARSON, *The Indian Ocean*, Londres & Nova Iorque, Routledge, 2008, p. 124, tem outra visão sobre a tentativa falhada da conquista de Adém. Segundo o autor, ao não se estabelecerem nesta importante cidade, os portugueses tinham pretexto para continuar a patrulhar, pilhar e a encher os bolsos de forma duvidosa nas águas à entrada do Mar Vermelho, algo que o estabelecimento efectivo de uma fortaleza em Adém não lhes permitiria.

⁹ Segundo Geneviève BOUCHON, *Albuquerque: Le Lion des mers d'Asie*, Paris, Éditions Desjonquères, 1992, pp. 7-8, era assim que o Xá da Pérsia se referia a Afonso de Albuquerque na sua correspondência.

¹⁰ Jean AUBIN, «L'Iran et le Portugal au XVI^e siècle», in J. AUBIN, *Le Latin...* cit., p. 284.

A relação dos portugueses com os governantes ormuzinos, tanto o rei como o seu vizir, foi sempre marcada por uma relativa e mútua desconfiança. No entanto, o domínio português sobre o porto não afectou a sua actividade comercial, pelo menos nos primeiros anos, antes de os capitães portugueses se servirem da sua posição para desviar os lucros da alfândega em seu proveito¹¹. Nem mesmo o tributo anual que os portugueses exigiam ao rei de Ormuz e os impostos a que obrigavam os mercadores que comerciavam naquele estreito, interferiram no sistema comercial a que estes estavam habituados. Não era essa a intenção de Afonso de Albuquerque¹².

Sem dúvida, o comandante português estava bem consciente da importância das diferentes forças que orbitavam em torno do comércio do Golfo. Apesar da sua declarada oposição aos muçulmanos, os portugueses não podiam de modo nenhum privá-los do mercado ormuzino pois, dependendo este largamente do comércio intra-regional, eram essencialmente os mercadores muçulmanos que o sustentavam. Por outro lado, os portugueses não teriam qualquer interesse em prejudicar a influência comercial de uma cidade portuária cuja moeda circulava em todos os portos da Índia, Pérsia e Arábia, até ao porto de Malaca¹³.

Ao tornar Ormuz a sua «sede regional», os portugueses asseguravam uma forte presença no Golfo Pérsico, o que lhes permitia desviar, em seu proveito, parte do importante tráfego comercial daquelas águas através da recém-criada Rota do Cabo. Tal resultava bastante favorável para a economia do *Estado da Índia*, ao mesmo tempo que prejudicava as forças até então privilegiadas pela Rota do Levante, os venezianos e os mamelucos, e vinha competir com os otomanos, que por esta altura já preparavam a sua expansão. Por outro lado, o controlo de Ormuz e a influência exercida sobre o Golfo possibilitava-lhes ainda uma participação activa nas redes do comércio intra-asiático pois, como já se viu, uma importante parte deste tráfego destinava-se a mercados regionais¹⁴. Além disso, os portugueses viam-se ainda na

¹¹ O comportamento duvidoso dos capitães portugueses é muitas vezes apontado como uma das razões para o declínio de Ormuz, uma vez que agravava a aversão à presença lusitana na ilha, e, conseqüentemente, a sua instabilidade. Ver James C. BOYAJIAN, *Portuguese Trade in Asia under the Habsburgs, 1580-1640*, Baltimore & Londres, John Hopkins University Press, 1993, p. 59; Kirti CHAUDHURI, *Trade and Civilization in the Indian Ocean: An Economic History from the Rise of Islam to 1750*, Cambridge, Cambridge University Press, 2005, p. 73; Manuel de FARIA E SOUSA, *Ásia Portuguesa*, tradução de Maria Vitória Garcia Santos Ferreira, 6 vols., Porto, Livraria Civilização, 1945-1948.

¹² Ver João Paulo Oliveira e COSTA, «Ormuz», in Luís de ALBUQUERQUE (dir.), *Dicionário da História dos Descobrimentos*, vol. II, Lisboa, Caminho, 1994, pp. 833-836.

¹³ Ver Charles R. BOXER, *O Império Marítimo Português: 1415-1825*, Lisboa, Edições 70, 2001, pp. 56, 70-71; Vitorino Magalhães GODINHO, *Mito e Mercadoria. Utopia e Prática de Navegar: séculos XIII-XVIII*, Lisboa, DIFEL Editora, 1990, pp. 421-422; M. PEARSON, *The Indian...* cit., p. 153.

¹⁴ António Dias FARINHA, «A Dupla Conquista de Ormuz por Afonso de Albuquerque», in *Studia*, Lisboa, n.º 48 (1989), pp. 445-472.

conveniência geopolítica de, como potência Católica, interferir numa região em que o Islão era supremo¹⁵.

Contudo, tal empreendimento teria o seu preço, e seria errado pensar que a presença portuguesa em Ormuz e no Golfo Pérsico foi pacífica e incontestada ao longo dos mais de cem anos em que dominaram a região, ou se pautou por uma continuidade de relações tranquilas com os governantes locais e os seus vizinhos persas, turcos e árabes¹⁶. Poder-se-ia dizer que existiam interesses em comum, mas mesmo esses eram permanentemente escoltados por uma desconfiança mútua entre os vários poderes que se projectavam nas águas do Golfo.

Quando os portugueses se apoderaram definitivamente de Ormuz em 1515, a ilha era governada por um rei cuja actuação era largamente manobrada pelo vizir local, Cojeatar, o qual se viria a revelar um hábil arquitecto contra os portugueses durante os primeiros anos da sua presença na região. Apesar de o reino ormuzino estender a sua influência sobre vários portos, ilhas e cidades, tanto na margem árabe como persa do Golfo, a sua soberania não era totalmente estável e tranquila. As disputas pelo poder e os distúrbios internos eram constantes e uma acesa crise dinástica precedeu a chegada dos portugueses. Como tal, quando Afonso de Albuquerque chegou àquele estreito com a determinação de se apoderar da cidade, não encontrou um reino propriamente pacificado¹⁷.

Por outro lado, à altura da chegada do capitão-mor, apesar de uma governação consideravelmente independente, Ormuz pagava um tributo ao Xá da Pérsia, Ismail I, o fundador da dinastia sefévida. Este tributo permitia ligar o porto ormuzino às rotas caravaneiras que cruzavam o interior da Pérsia¹⁸. A partir do momento em que Afonso de Albuquerque passava a exigir este tributo ao rei de Ormuz, tornando-o vassalo do rei de Portugal¹⁹, espoletaria inevitavelmente o desagrado do soberano sefévida.

¹⁵ D. COUTO, «A Conquista...» cit., pp. 26-27.

¹⁶ Ver Jean AUBIN, «Cojeatar et Albuquerque» em J. AUBIN, *Le Latin...* cit., p. 149. Sobre o modo como os portugueses partilharam o poder com o Rei de Ormuz na ilha e no estreito, ver Luís Filipe THOMAZ, *De Ceuta a Timor*, Lisboa, DIFEL Editora, 1994, pp. 224-225, que considera Ormuz como um «protectorado colonial» que os portugueses impuseram ao rei ormuzino. Ver também os relatos de Fernão Lopes de Castanheda acerca dos primeiros anos da presença portuguesa em Ormuz e na região em Fernão Lopes de CASTANHEDA, *História do Descobrimento e da Conquista da Índia pelos Portugueses*, M. Lopes de ALMEIDA (introdução e revisão), 2 vols., Porto, Lello & Irmãos Editores, 1979.

¹⁷ Para saber mais sobre Cojeatar e a sua relação com Afonso de Albuquerque, bem como para uma descrição mais detalhada da crise dinástica que precedeu a chegada dos portugueses, ver J. AUBIN, «Cojeatar...» cit.; G. BOUCHON, *Albuquerque...* cit., pp. 103-108; e também D. COUTO, «A Conquista...» cit.

¹⁸ D. COUTO, «A Conquista...» cit., p. 43.

¹⁹ António Vasconcelos de SALDANHA, «Da Paz e da Guerra no Oriente», in Rosa Maria PEREZ, *Os Portugueses e o Oriente: História, Itinerários, Representações*, Lisboa, Dom Quixote, 2006, pp. 76, 82.

À medida que iam erguendo a sua fortaleza, os portugueses não podiam deixar de considerar estes elementos. Apesar da superioridade naval e militar, não seria de esperar que a sua presença fosse aceite de forma fácil e incontestada. A revolta simultânea que eclodiu em 1521 (e que se prolongou até Janeiro de 1522) em Ormuz, Barém e Calaiate, fruto de um plano atempadamente preparado pelo círculo próximo do rei de Ormuz, Turan Shah IV, é bem ilustrativa de quão ténue era o controlo que os portugueses tinham sobre Ormuz. A rebelião acabou, todavia, por revelar-se um fracasso, o rei ormuzino foi morto pelo seu próprio vizir e os portugueses, ainda que a custo, restabeleceram a situação²⁰. No entanto, ficavam agora bem cientes de que a manutenção de uma cidade como Ormuz exigia tudo menos um ânimo leve.

Apesar disso, os portugueses tinham, sem dúvida, alguns ventos a soprar em seu favor. Neste início do século XVI, as principais potências do Médio Oriente e da Ásia Central digladiavam-se constantemente entre si, procurando estender os seus territórios até onde fosse possível, o que as obrigava a uma concentração dos seus esforços bélicos nas respectivas fronteiras continentais²¹. O próprio soberano sefévida passou a primeira década do seu reinado (1501-1510) a consolidar o território no centro e no norte da Pérsia, dedicando menos atenção aos assuntos do Golfo Pérsico, o que facilitou o estabelecimento dos portugueses na região²². Aliás, a conquista de Ormuz em 1515 deu-se num momento em que Ismail I acabava de sofrer um duro golpe na fronteira otomana, a humilhante derrota na célebre batalha de Tchaldiran, em 1514, uma derrota que além de militar abalou o equilíbrio espiritual do Xá²³. De modo a tirar partido destas correntes favoráveis, os portugueses teriam que manusear habilmente as suas alianças, nunca esquecendo o quão frágeis, breves e instáveis estas se poderiam tornar. Este era, aliás, um padrão nas relações internacionais asiáticas da época em muito semelhante às europeias.

De maneira a perceber melhor as dificuldades que os portugueses enfrentaram para se manterem no estreito de Ormuz, é conveniente observar as forças regionais que foram prejudicadas pela sua chegada e o modo como procuraram ajustar-se às novas circunstâncias, uma vez que o aparecimento das proas lusitanas naquelas águas exigia por certo novos alinhamentos. De facto (e como veio a provar-se mais tarde com a chegada de ingleses e holandeses), de cada vez que uma potência europeia decidia aventurar-se pelo Golfo Pérsico, as relações entre os poderes regionais sofriam uma grande, e por vezes inesperada, reviravolta.

²⁰ W. FLOOR, *The Persian...* cit., pp. 106-114, proporciona uma descrição mais pormenorizada da revolta de 1521-1522.

²¹ Luís Filipe Barreto, *Lavrar o Mar – os Portugueses e a Ásia, c. 1480-c. 1620*, Lisboa, Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses, 2000, p. 18.

²² Jeremy BLACK, «The Western Encounter with Islam», in *Orbis*, vol. 48 (1), (2004), p. 22.

²³ Laurence LOCKHART & Peter JACKSON, *The Cambridge History of Iran*, volume 6, *The Timurid and Safavid Periods*, Cambridge, Cambridge University Press, 1997, p. 380.

Até à chegada dos portugueses eram dois os protagonistas que beneficiavam do comércio das especiarias que chegavam à Europa através da Rota do Levante: os mamelucos do Egipto e os venezianos²⁴. Eram estes os intervenientes regionais que procuravam controlar tão próspero comércio, cuja mercadoria vinha dos mercados da Ásia e do Índico, atravessava o Mar Vermelho em direcção a portos como Alexandria, Cairo ou Alepo, alcançando a partir daí os mercados do Mediterrâneo. A imposição da presença portuguesa na região alarmaria Veneza e o Sultanato Mameluco, ao agoiar o fim de um monopólio que ambos partilhavam (quase) confortavelmente há tanto tempo, o que os levou a unir as suas forças para contrariar a dos portugueses, ignorando um fosso tão largo como as religiões que os opunham²⁵.

Contudo, os portugueses de um lado e os otomanos – que por esta altura pareciam determinados em alcançar o Índico – do outro, infligiriam demasiada pressão tanto sobre mamelucos como sobre venezianos. Em 1516-1517, os otomanos conquistariam o sultanato mameluco do Egipto, juntamente com a Síria, pondo assim fim à influência mameluca na região e aproximando-se consequentemente do Golfo Pérsico, o que, apesar de afastar definitivamente os rivais do Egipto, não deixava de se traduzir numa preocupação para os recém-chegados portugueses. Quanto aos venezianos, se um braço de ferro constante com os otomanos tinha sido desde sempre o maior desafio à sua participação nos lucros do Levante, seriam os portugueses ao estabelecer a Rota do Cabo, a rivalizar com o seu estatuto de «amante europeia do comércio oriental»²⁶. A partir de agora, e pelo menos até meados do século XVI (altura em que o comércio das especiarias renasceria no Mar Vermelho e no Golfo Pérsico), Veneza parecia obrigada a concentrar-se em impedir ou em negociar o avanço otomano pelas fronteiras do Mediterrâneo. Por outro lado, e o que não deixa de ser contraditório, ao fazer com que parte do comércio de especiarias chegasse à Europa pelo Cabo da Boa Esperança, danificando consequentemente a posição privilegiada de Veneza, os portugueses acabariam por beneficiar a posição otomana no Levante.

Ainda que tenha sido a actuação quase simultânea de um poderio crescente tanto de otomanos como de portugueses a afastar, neste início de quinhentos, a influência mameluca e veneziana da região, nada mais os aproximava, pois, ao longo de todo o século em que os portugueses contro-

²⁴ Ver Halil INALCIK, *An economic and social history of the Ottoman Empire*, vol. I: 1300-1600, Cambridge, Cambridge University Press, 2005, pp. 319-320; e Sanjay SUBRAHMANYAM, *O Império Asiático Português, 1500-1700: Uma História Política e Económica*, Lisboa, DIFEL Editora, 1993, pp. 88-93.

²⁵ S. SUBRAHMANYAM, *O Império...* cit., p. 91.

²⁶ A expressão é de Arnold T. WILSON, *The Persian Gulf: an historical sketch from the earliest times to the beginning of the twentieth century*, Oxford, Clarendon Press, 1928, p. 110. Ver também Fernand BRAUDEL, *Civilização Material, Economia e Capitalismo: Séculos XV-XVIII*, Tomo 3: *O Tempo do Mundo*, Lisboa, Teorema, 1992-1993, p. 113.

laram Ormuz, foram os otomanos a sua principal preocupação²⁷. A ameaça otomana, por sua vez, aproximaria de certo modo os portugueses ao Xá da Pérsia, condição decisiva para a sua permanência nesta ilha à entrada do Golfo Pérsico²⁸.

De facto, se não vissem nos otomanos um inimigo comum, muito provavelmente os persas não teriam encontrado qualquer vantagem em facilitar a permanência dos portugueses em Ormuz, bem como a sua intervenção no Golfo, o que não teria permitido certamente aos portugueses a demora secular no estreito. Os otomanos e os persas eram rivais desde há muito, e debatiam-se constantemente pelos territórios fronteiriços da Pérsia ocidental, um conflito que era ainda acerbado pela oposição da vertente islamita que cada um dos soberanos abraçava, o sunismo e o shiismo, respectivamente. Por outro lado, por via desta inimizade, a Pérsia desempenhava um importante papel na «política de equilíbrio do Mediterrâneo»²⁹ e, logo, na Europa, uma vez que o Mediterrâneo era a principal fronteira comum entre o Império Otomano e a Europa³⁰. Quando e se os otomanos estavam «distráídos» com os seus conflitos com os persas, os europeus poderiam certamente esperar um alívio dos seus esforços por um lado, e uma abertura na vulnerabilidade otomana por outro³¹.

Ao mesmo tempo que o rei de Portugal, ao conquistar Ormuz, estabelecia o controlo sobre a entrada do Golfo Pérsico – uma posição que manteve ao longo de todo o século XVI e que lhe permitia uma importante influência sobre a parte sul deste mar – também os otomanos expandiam o seu território e poder em direcção ao Golfo, algo que inquietaria sobejamente os portugueses. Tal avanço, paralelo ao dos portugueses na região, exigiria da parte de Afonso de Albuquerque um pulso firme, um traço que não era alheio à personalidade do capitão-mor, que ponderou, desde o primeiro momento,

²⁷ Sobre a importância de Ormuz para portugueses e otomanos no Golfo Pérsico, ver Nicola MELIS, «The Importance of Hormuz for Luso-Ottoman Gulf-centred policies in the 16th century: some observations based on contemporary sources», in Dejanirah COUTO e Rui Manuel LOUREIRO (eds.), *Revisiting Hormuz: Portuguese Interactions in the Persian Gulf Region in the Early Modern Period*, Wiesbaden, Harrassowitz Verlag, Calouste Gulbenkian Foundation, 2008.

²⁸ M. PEARSON, *The Indian...* cit., pp. 130, 133.

²⁹ Francisco de Sales LOUREIRO, «O enquadramento europeu de uma embaixada portuguesa à Pérsia», in *Arquivos do Centro Cultural Português – XI Separata*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, 1977, p. 491.

³⁰ Giancarlo CASALE, «Global Politics in the 1580's: One Canal, Twenty Thousand Cannibals, and an Ottoman Plot to Rule the World», in *The Journal of World History*, vol. 18, n.º 3 (2007), p. 290.

³¹ Sobre as diferenças entre otomanos e sefévidas respeitantes ao sunismo e ao shiismo, diz Jorge FLORES, «'I will do as my father did': on Portuguese and other European Views of Mughal Succession Crises», in *E-Journal of Portuguese History*, vol. 3, n.º 2 (2005), p. 5, que a tal percepção por parte dos portugueses permitia a identificação da fraqueza dos «gigantes», uma das estratégias do Estado da Índia para lhes fazer frente, na crença de que «a «discórdia entre os infiéis» seria um prenúncio do fim do Islão».

uma aliança com o Xá e com o Papa não apenas contra os otomanos mas também contra os mamelucos³².

Convém nunca esquecer que a luta contra os muçulmanos, especialmente os otomanos, a ameaça mais perigosa e naturalmente o inimigo *Infel* mais temido e odiado, estava na base de toda a iniciativa expansionista. Pelo menos assim o apregoavam os seus protagonistas. Esta era uma causa partilhada pelos reinos cristãos mas também e obviamente pelo Papado. Apesar de a Pérsia sefévida ser também um império muçulmano, a sua natureza não era inteiramente conhecida pelos europeus, circulando inclusivamente uma lenda de que o Xá teria alguma origem cristã pela parte de sua mãe³³. Quaisquer que fossem as suas intenções expansionistas, não ameaçavam de modo nenhum as fronteiras europeias. Eram os otomanos que estavam à porta da Europa. E à porta da Pérsia também. Afonso de Albuquerque sugeriria, como tal, uma tripla aliança entre Portugal, a Pérsia e a Santa Sé. Não importava que o Xá fosse também ele muçulmano. O que prevalecia é que existia em comum o inimigo otomano, mais forte do que portugueses e persas se qualquer um deles tivesse que enfrentá-lo isoladamente³⁴.

Esta abertura de relações entre os portugueses e os persas tem que ser entendida no contexto do que era a Pérsia neste início do século XVI: uma dinastia recém-fundada, um jovem e destemido Xá determinado em unir o seu povo sob a obediência a uma única religião, o shiismo, e em expandir e consolidar o seu território, com todas as hostilidades que tão ambiciosas intenções acarretam³⁵. Estando a sua expansão territorial concentrada nas fronteiras continentais da Pérsia, os portugueses estavam longe de ser uma ameaça para o soberano sefévida, pelo que este não encontraria grandes inconveniências em pautar as suas relações com os portugueses por uma cordialidade (ainda que) relativa.

Os territórios ocupados pelos otomanos, bem como o papel que assumiram como protectores do Islão, que acreditavam nesta altura estar perigosamente ameaçado pela chegada dos portugueses aos mares arábicos e

³² Ver Afonso de ALBUQUERQUE, *Comentários de Afonso de Albuquerque, capitão geral e governador da Índia, coletado por seu filho Afonso de Albuquerque das próprias cartas que ele escrevia ao muito poderoso Rei Dom Manuel o primeiro deste nome, em cujo tempo governou a Índia*, Lisboa, João de Barreira, 1557, fol. 298-299. Ver também as cartas escritas por Afonso de Albuquerque dirigidas ao rei D. Manuel I em Raymundo António de Bulhão Pato, *Cartas de Afonso de Albuquerque seguidas de documentos que as elucidam publicadas da ordem da classe de sciencias moraes, politicas e bellas-artes da Academia das Sciencias de Lisboa*, 7 vols., Lisboa, Academia Real das Sciencias, 1884-1935.

³³ D. COUTO, «A Conquista...» cit., p. 43.

³⁴ N. MELIS, «The importance...» cit., p. 115.

³⁵ Sobre a fundação da dinastia sefévida e o reinado do Xá Ismail I, ver Andrew J. NEWMAN, *Safavid Iran: Rebirth of a Persian Empire*, Londres-Nova Iorque, 2006, pp. 13-25; e também António Dias FARINHA, «As Relações dos Portugueses com os Árabes e os Persas na área do Índico», in *Vasco da Gama – Conferência Internacional*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, vol. I, p. 175.

ao Oceano Índico³⁶, não eram feitos menores do que os que os portugueses protagonizavam por toda a Ásia pela mesma altura. Apesar de ter a sua atenção desviada por Carlos V e pelos venezianos no Mediterrâneo e pelo conflito permanente com o Xá da Pérsia na sua fronteira oriental, em meados do século XVI, o Sultão otomano tinha logrado expandir o seu território até à Síria e ao Egito, tinha conquistado Bagdad e Baçorá no Iraque, e Adém no Mar Vermelho (a grande frustração de Albuquerque nas Arábias), dando um novo impulso ao comércio das especiarias do Levante. Ao mesmo tempo que abraçava novos territórios no Médio Oriente e que se impunha como potência islâmica principal, avançava também pelo Mediterrâneo, aproximando-se cada vez mais do seu extremo ocidental, algo que não poderia de modo nenhum ser ignorado pela Coroa Espanhola, uma vez que punha em causa o seu poder no Mediterrâneo e, logo, na Europa³⁷.

O crescente poder otomano na região alarmava a Pérsia e aproximava-se cada vez mais do Golfo e da posição privilegiada que os portugueses aí tinham alcançado³⁸. A ocupação de Baçorá em 1546, em particular, deixava os otomanos demasiado próximos de Ormuz, augurando a possibilidade de tomarem o estreito e daí alcançarem o Índico. Com efeito, os otomanos mostravam-se decididos a prosseguir as suas conquistas pela costa arábica do Golfo Pérsico e a consolidar o seu poder no Mar Vermelho. Os portugueses, por sua vez, pareciam agora ter razão sobeja para temer a capacidade otomana de arruinar a sua presença no Índico³⁹. Os alertas chegaram, por

³⁶ H. INALCIK, *An economic...* cit., pp. 320-322.

³⁷ Sobre a expansão otomana no Médio Oriente e no Mediterrâneo ver, por exemplo, J. BLACK, «The Western...» cit., p. 23; C. R. BOXER, *O Império...* cit., pp. 70-71.

³⁸ Sobre as ameaças implícitas no crescente poderio otomano, ver Vitorino Magalhães GODINHO, *Os Descobrimentos e a economia mundial*, vol. III, Lisboa, Editorial Presença, 1963-1972, p. 123; e H. INALCIK, *An economic...* cit., p. 327.

³⁹ No seu artigo, Svat SOUCEK, «The Portuguese and the Turks in the Persian Gulf», in D. COUTO & R. M. LOUREIRO (eds.), *Revisiting...* cit., afirma que a ameaça otomana ao domínio português no Golfo Pérsico e no Oceano Índico, apesar de permanentemente sentida pelos últimos, era mais virtual do que real. O autor refere, ainda, que os ataques a Diu (1538), Ormuz (1552) e Barém (1559) devem ser considerados exceções. Neste sentido, ver também Dejanirah COUTO, «Les Ottomans et l'Inde Portugaise», in *Vasco da Gama e a Índia – Conferência Internacional*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, vol. I, 1998, pp. 183-184. Segundo a autora, ao contrário do que tem sido defendido pela historiografia tradicional, os otomanos não estavam verdadeiramente concentrados na expulsão dos portugueses do Índico. Também M. PEARSON, *The Indian...* cit., p. 130, refere que apesar da força do Império Otomano se traduzir numa ameaça constante para os portugueses ao longo do século XVI, por ser uma potência continental, as suas atenções estavam mais viradas para o Mediterrâneo e para o Médio Oriente, nomeadamente a Pérsia, do que para o Oceano Índico, pelo que os receios portugueses eram desnecessários. G. CASALE, «Global Politics...» cit., pp. 276-277, por sua vez, contraria esta visão, e defende que os otomanos exerciam uma política de «império suave» no Oceano Índico, que passava por expandir a influência otomana através de laços ideológicos, comerciais e diplomáticos com as várias comunidades muçulmanas da região. Também H. INALCIK, *An economic...* cit., e Palmira BRUMMETT, *Ottoman Seapower and Levantine Diplomacy in the Age of Discovery*, New York, State University of New York Press, 1994, acreditam nas intenções dos otomanos em relação ao Índico.

um lado, sob a forma do cerco a Diu comandado pelo governador do Egipto em 1538 e do ataque «não oficial» à mesma fortaleza protagonizado por um grupo de abissínios, turcos e persas em 1546⁴⁰. Por outro lado, a investida protagonizada em 1588 pelo corsário otomano Mir Ali Bey na costa oriental africana e os objectivos ambiciosos que lhe são atribuídos, ou seja, expulsar os portugueses de toda aquela costa e estender a soberania do sultão otomano em toda a região, também viria a alarmar sobremaneira os capitães portugueses daquelas águas⁴¹.

Ao longo de todo o século XVI, as maiores ameaças reais à fortaleza portuguesa em Ormuz deram-se, precisamente, por iniciativa turca, ainda que nem todas tenham acontecido por ordem do Sultão otomano. Em 1551-1552, uma armada comandada pelo almirante turco Piri Reis partiria do Suez em direcção ao Golfo Pérsico, onde saquearia Mascate antes de chegar a Ormuz. Depois de um cerco de algumas semanas que não logrou, contudo, trespassar a resistência portuguesa, o comandante otomano acabaria por retirar, dando a investida como fracassada⁴². Em 1559, o *beylerbey* de Hasa juntaria uma pequena frota e atacaria Barém. Esta iniciativa não seguia directrizes nem de Istambul nem de Baçorá e acabou também por resultar malograda. Por último, em 1581, um corsário turco juntaria quatro galeotas e saquearia Mascate, para logo regressar ao Mar Vermelho de onde houvera partido⁴³.

Os «percalços» no Índico e no Golfo Pérsico protagonizados pelos otomanos contra os portugueses tornavam agora evidente que a presença portuguesa em Ormuz e a influência que a partir desta fortaleza os portugueses exerciam sobre o Golfo Pérsico não eram invioláveis. Ingleses e holandeses não tardariam a chegar aos mares da Ásia para deixá-lo bem provado e, com efeito, a partir da última década do século XVI, a posição portuguesa na região ver-se-ia numa competição que mostrou não ter capacidade para aguentar.

Por esta altura, depois do longo reinado do Xá Tahmasp, que governou a Pérsia entre 1524 e 1576, a Pérsia assistia a um renascimento do seu poder

⁴⁰ Para saber mais sobre estas duas iniciativas ver D. COUTO, «Les Ottomans...» cit.; D. COUTO, «A Conquista...» cit., pp. 49-50; e H. INALCIK, *An economic...* cit., pp. 325-327.

⁴¹ Sobre a expedição liderada por Mir Ali Bey, os objectivos que se propunha atingir e a estratégia otomana em que se inseria, ver G. CASALE, «Global Politics...» cit., p. 293, que aponta a iniciativa deste corsário turco como o primeiro passo num esforço prolongado que pretendia criar uma «infra-estrutura imperial otomana centralizada» ao longo de todo o Oceano Índico.

⁴² Segundo S. SOUCEK, «The Portuguese...» cit., pp. 34-35, tivesse esta iniciativa partido de Baçorá, onde havia capacidade de construir uma armada tão forte quanto a do Suez, em que a distância era metade da que separava o Suez de Ormuz e em que o apoio logístico seria constante ao longo de todo o cerco, e a expedição otomana teria largas probabilidades de ter sido bem sucedida.

⁴³ Sobre as investidas turcas à fortaleza de Ormuz durante o domínio português, ver W. FLOOR, *The Persian...* cit., pp. 170-182; e Salih ÖZBARAN, *The Ottoman Response to European Expansion: Studies on Ottoman-Portuguese Relations in the Indian Ocean and Ottoman Administration in the Arab Lands during the Sixteenth Century*, Istambul, The Isis Press, 1994, pp. 129-140.

e influência no Médio Oriente. Apesar de não ter sido tão dinâmico como Ismail I, que o antecedeu, nem tão *Grande* como Abbas I que se lhe seguiu, Tahmasp desempenhou um importante papel na manutenção do equilíbrio da Pérsia no quadro regional. Este equilíbrio viria a ser quase irreversivelmente posto em causa pelos Xás Ismail II e Muhammad Khudabanda, dois reinados que deixariam a Pérsia à beira do colapso, situação que seria invertida pelo quinto Xá da dinastia sefévida, Abbas I, o *Grande* ⁴⁴.

2. Alianças e Rivalidades na Europa e no Médio Oriente em Finais do Século XVI

Depois de uma breve contextualização das particularidades políticas que envolviam a permanência portuguesa em Ormuz ao longo do século XVI, é importante perceber como se desenrolavam as relações internacionais na Europa (entre as potências com pretensões ultramarinas), e as relações internacionais no Médio Oriente e Ásia Mogol, uma vez que são estas as conjunturas regionais a cruzar-se na disputa pelo estreito de Ormuz no primeiro quartel de Seiscentos, cruzamento este que sugere que este conflito possa ser um indício da globalização das relações internacionais na Época Moderna.

Como se pôde ver, a sensação de um estado de alerta permanente dentro da fortaleza de Ormuz não era de modo algum estranha aos portugueses, acompanhando-os ao longo de todo o século XVI. Mesmo assim, conseguiram defendê-la e proteger a posição que detinham no Golfo. Atravessaram todo um século balançando prudentemente as suas alianças e perigos, conseguindo conservar a alfândega que era por tantos considerada como uma das mais ricas do *Estado da Índia*. Poder-se-ia dizer que os portugueses conseguiram penetrar na balança de poderes regional, que distribuía as forças dos sefévidas, dos otomanos, dos árabes, além da sua. No entanto, este «equilibrado balanço» seria algo também conseguido por ingleses e holandeses, os tão chamados «inimigos da Europa», que entrariam em cena no virar do século.

O que os portugueses não conseguiram prever, foi como é que os seus rivais europeus viriam a assaltar os seus domínios e a alterar definitivamente cada peso da balança, desafiando toda a configuração do equilíbrio de poderes no Golfo Pérsico de acordo com as forças que, no primeiro quartel do século XVII, apertavam gradualmente o cerco a Ormuz.

No que diz respeito à perda portuguesa de Ormuz, é muitas vezes mencionada a inscrição numa estátua de Afonso de Albuquerque que se encontrava dentro da fortaleza ormuzina onde se podia ler: «Se inimigos da

⁴⁴ Sobre os aspectos mais relevantes dos reinados de Tahmasp (r. 1524-1576), de Ismail II (r. 1576-1577) e de Muhammad Khudabanda (r. 1578-1587), ver A. J. NEWMAN, *Safavid...* cit., pp. 26-49.

Europa nesta barra vires surgir, abre a cava, deita-te a dormir»⁴⁵. A estátua foi levada para a fortaleza na década de 1580 pelo então capitão Matias de Albuquerque. Apesar de não haver indicação precisa da sua data, subentende-se que, mesmo não prevendo com exactidão a dimensão da ameaça que vinha da Europa, os portugueses temiam a sua chegada. E foi precisamente nestes finais do século XVI que as primeiras armadas do Norte da Europa zarpariam em direcção ao Oriente com intenções pouco modestas.

Será talvez conveniente retroceder ligeiramente e esboçar um panorama geral do que sucedia na Europa neste final de século, e de como as relações diplomáticas estavam a ser levadas a cabo pelos diferentes Estados, particularmente aqueles cujos interesses incidiam directamente nas questões asiáticas: Portugal, Espanha, Inglaterra e as Províncias Unidas.

Em 1578, o Rei de Portugal, D. Sebastião, determinado em levar a causa contra o Mouro o mais longe possível, lideraria o seu exército até Alcácer-Quibir, no Norte de África, onde acabou por perder a vida. Não deixando descendentes e morrendo o seu tio, o Cardeal D. Henrique, já em avançada idade, apenas dois anos mais tarde, a Coroa Portuguesa seria assumida pelo rei de Castela, Filipe II. Apesar de não perderem a independência total, a sua autonomia estava agora em mãos do monarca castelhano, sob a «fórmula ambígua de unidade dinástica»⁴⁶.

Como consequência, Portugal ficava agora infalivelmente exposto aos adversários do Império Espanhol. O soberano castelhano herdaria finalmente um trono desde há muito ansiado pela Coroa Espanhola, e os portugueses herdariam, em seu turno, um sem número de conflitos, dificuldades e inimigos contra os quais não estavam preparados para lutar, nem em condições de ultrapassar. Toda esta reconfiguração do enquadramento geo-político e estratégico dos interesses portugueses viria a manifestar-se especialmente no espaço ultramarino, como Ormuz bem o exemplifica⁴⁷.

⁴⁵ A alusão a esta inscrição pode ser encontrada em Luís Marinho de AZEVEDO, *Apologéticos discursos oferecidos a Majestade el-rei Dom João Nosso Senhor quarto de nome entre os de Portugal. Em defesa da fama, e boa memória de Fernão de Albuquerque do seu Conselho, e Governador, que foi da Índia. Contra o que dele escreveu D. Gonçalo de Cespedes na Crónica d'el Rei D. Filipe quarto de Castela*, Lisboa, Manuel da Silva, 1641, fls. 121-122. Segundo Rui Manuel LOUREIRO, «A Perda de Ormuz», in Dejanirah COUTO & Rui Manuel LOUREIRO, *Ormuz: 1507 e 1622. Conquista e Perda*, Lisboa, Tribuna da História, 2007, p. 103, numa altura em que os portugueses já se viam cercados por persas e ingleses, por terra e por mar, esta grande cava ou fosso «transformaria a fortaleza numa verdadeira ilha, difícil de atingir pelo lado de terra», deixando os portugueses bastante mais seguros das investidas anglo-persas. No entanto, Simão de Melo Pereira, capitão de Ormuz à altura do ataque anglo-persa em 1622, não abriu o fosso, o que teria sido fundamental para uma defesa mais eficaz da fortaleza.

⁴⁶ A expressão é de J. B. MACEDO, *História...* cit., p. 154. Sobre o contexto da união dinástica ver também Rafael VALLADARES, *Portugal y la Monarquía Hispánica*, 1580-1668, Madrid, Arco Libros, 2000, pp. 11-35; e João José Alves DIAS, Isabel M. R. Mendes Drumond BRAGA & Paulo Drumond BRAGA, «Capítulo XIII: A Conjuntura», in A. H. Oliveira MARQUES & Joel SERRÃO (dir.), *Nova História de Portugal*, vol. V: *Do Renascimento à Crise Dinástica*, Lisboa, Editorial Presença, 1998, pp. 748-760.

⁴⁷ Sobre a vulnerabilidade do Império Asiático Português durante a união dinástica, ver Charles Ralph BOXER, *Nuno Álvares Botelho e a sua Armada de Alto Bordo (1624-1625): Relação*

Filipe II de Espanha tinha herdado do pai, o imperador Carlos V, um território extremamente vasto⁴⁸. Apesar de não ser fisicamente concentrado, abarcava Espanha, os Países Baixos, alguns territórios em Itália, como Milão, Nápoles, Sardenha e Sicília, esticando-se até à América e às Filipinas na Ásia. Tendo em conta uma Europa no rescaldo das guerras religiosas, Filipe II de Espanha retomaria a causa católica professada por seu pai, assumindo-se a monarquia espanhola como líder das potências católicas. A política anti-protestante que estava determinado a seguir, aliada à posição hegemónica no palco europeu, fazia com que os interesses da Espanha Filipina colidissem com os de Inglaterra que, mesmo não sendo territorialmente tão imponente, não deixava de se impor naquela Europa do século XVI como uma das principais potências⁴⁹.

Depois de uns escassos quatro anos de casamento com a rainha Maria Tudor, a filha católica de Henrique VIII, que não viveu para dar nem a Filipe nem a Inglaterra um herdeiro, a rainha que sucedeu ao trono inglês, a protestante Isabel, acabaria com as aspirações do soberano espanhol de ver no trono de Inglaterra uma coroa católica.

Por todo o Atlântico, navios e corsários ingleses atacavam as embarcações portuguesas e espanholas, evidenciando um poder marítimo e naval em crescendo. Além dos prejuízos em que estes ataques se traduziam, os ingleses foram também recolhendo informação preciosa sobre as riquezas do além-mar, particularmente aquelas que Portugal controlava no Oriente⁵⁰.

contemporânea, inédita, na Biblioteca Nacional de Lisboa, Porto, Imprensa Portuguesa, 1928, p. 23; C. R. BOXER, O Império... cit., pp. 115-117; Jean-Michel SALLMANN, Nouvelle histoire des relations internationales: Géopolitique du XVI^e siècle: 1490-1618, vol. I, Paris, Éditions du Seuil, 2003, pp. 205-206. C. R. BOXER, Nuno... cit., p. 23, refere que, mesmo que a Coroa de Portugal não se tivesse unido ao Império dos Habsburgos após a crise dinástica de 1580, tanto ingleses como holandeses não teriam deixado de atacar as suas possessões no além-mar, mas afirma também que a união dinástica viria a acerbos estes ataques, permitindo que «incidentes» como o de Ormuz se sucedessem. K. N. CHAUDHURI, Trade... cit., p. 81, afirma que durante o domínio português no Oceano Índico, os acontecimentos dentro da Europa pouco se reflectiam na Ásia, mas que a chegada de ingleses e holandeses e a sua participação no comércio regional estavam intimamente ligados a «um contexto internacional mais vasto». Também F. BETHENCOURT & K. CHAUDHURI, História da Expansão Europeia, vol. II... cit., p. 84, consideram os ataques norte-europeus contra os portugueses como «parte de uma guerra mais geral contra a Espanha».

⁴⁸ Depois de Carlos V se afastar, o seu legado seria dissolvido, herdando o seu irmão Fernando de Habsburgo o Sacro Império Romano-Germânico, e ficando o seu filho Filipe com o legado ibérico. Ver Fernando BOUZA, *D. Filipe I*, Coleção Reis de Portugal, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2005, pp. 30-31; e também Mapa «Reperto del imperio de Carlos V» em Alberto TENENTI, *La Edad Moderna, Siglos XVI-XVIII*, Barcelona, Crítica, 2003, p. 99.

⁴⁹ F. BOUZA, *D. Filipe...* cit., dá uma boa ideia da conjuntura dos primeiros anos do reinado de Filipe II como monarca espanhol. R. VALLADARES, *Portugal...* cit., pp. 14-27, por sua vez, faz uma breve exposição sobre os primeiros anos de Filipe II de Espanha como I de Portugal.

⁵⁰ Há a salientar, em particular, dois episódios: em 1587 os ingleses capturaram a nau S. Filipe, e em 1592, a nau Madre Deus. Tanto uma como outra carregavam documentação valiosa sobre o comércio oriental. Ver C. R. BOXER, *Nuno...* cit., p. 13; António da Silva REGO, «1622 – Ano dramático na história da expansão portuguesa no Oriente e Extremo Oriente», in *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa, Classe de Letras*, Tomo XVIII, 1977, p. 33; e A. T. WILSON, *The Persian...* cit., p. 133.

Na sequência da humilhante derrota que infligiram sobre a Invencível Armada em 1588, os ingleses viram a sua supremacia naval provada. Ao tomarem conhecimento de todas as riquezas escondidas para lá do Cabo da Boa Esperança, seria apenas uma questão de tempo até apontarem definitivamente os seus lemes a Oriente⁵¹.

Mas as tensões espanholas dentro da Europa não se cingiam à ilha inglesa. Apesar de esta inimizade ter sido a mais decisiva na questão de Ormuz, a formação das Províncias Unidas e a luta pela independência face ao Império Espanhol que vinham a empreender desde 1568 teriam também repercussões directas nas relações diplomáticas europeias e nos assuntos do além-mar. Seria, de facto, perigosamente ameaçador para a presença portuguesa nos mares da Ásia. Enquanto os «engenheiros» da revolta holandesa lutavam pelo controlo de Antuérpia, a sua importância comercial e financeira foi sendo gradualmente transferida para Amesterdão que, ao tornar-se o mercado líder do Mar do Norte, daria aos holandeses o balanço necessário para que estes se pudessem concentrar em horizontes mais longínquos⁵².

Um dos acontecimentos que mais ditaria a vinda dos «inimigos da Europa» para o Índico seria o encerramento dos portos portugueses aos navios dos primeiros. Tanto os mercadores ingleses como os holandeses abasteciam frequentemente os seus navios com os valiosos produtos orientais nos mercados portugueses, levando-os até aos seus mercados no Norte da Europa para aí os venderem. Ao desafiarem a hegemonia de Filipe II de Espanha (agora também I de Portugal), fariam com que o monarca ibérico vedasse os portos portugueses a qualquer comerciante oriundo do Norte da Europa. Esquecer todos os benefícios que tão valiosa mercadoria poderia trazer não era opção, pelo que, ingleses e holandeses não viram outra alternativa que não ir buscá-la directamente à fonte (algo que, de resto já tinham em mente anteriormente e em que já tinham investido), onde, primeiro os ingleses, depois os holandeses, viriam a formar as Grandes Companhias das Índias Orientais, em 1600 e em 1602, respectivamente⁵³.

⁵¹ Yves BOMATI & Houchang NAHAVANDI, *Shah Abbas: empereur de Perse, 1587-1629*, Paris, Éditions Perrin, 1998, p. 127.

⁵² Ver Joaquim Romero de MAGALHÃES, *Portugueses no Mundo do Século XVI – Espaços e Produtos*, Lisboa, Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses, 1998, pp. 89-90. Sobre o fim de Antuérpia como empório comercial do Norte da Europa, ver K. CHAUDHURI, *Trade...* cit., p. 81. Sobre o desenvolvimento dos holandeses como potência ultramarina e as suas consequências para o Império Asiático Português, ver C. R. BOXER, *O Império...* cit., pp. 115-133; e também Anthony DISNEY, *A decadência do império da pimenta: comércio português no Índico no início do séc. XVII*, Lisboa, Edições 70, 1981, pp. 81-83. Sobre a percepção da ameaça neerlandesa na Ásia pela parte dos portugueses, ver Rui Manuel LOUREIRO, «Early Portuguese Perceptions of the 'Dutch threat' in Asia», in Ernst van VEEN & Leonard BLUSSÉ (eds.), *Rivalry and Conflict: European Traders and Asian Trading Networks in the 16th and 17th Centuries*, Leiden, CNWS Publications, 2005.

⁵³ Sobre a criação e natureza das Companhias das Índias Orientais, particularmente a inglesa e a holandesa, respectivamente *East India Company* e *Verenigde Oost-Indische Compagnie*, e sua interacção com as forças regionais ver Francisco BETHENCOURT & Kirti CHAUDHURI, *História*

A partir do momento em que estas potências norte-europeias enviaram os seus homens, artilharia e navios para o Oceano Índico, os portugueses deparar-se-iam com fortes motivos para temer a preservação da sua supremacia oriental. A partir de agora, ingleses e holandeses escolheriam naturalmente o seu lado na balança de poder regional, onde encontrariam com toda a certeza mais do que um governante desejoso que o aliado indicado surgisse e os ajudasse a afastar definitivamente os portugueses do tabuleiro asiático e, neste caso em particular, do Golfo Pérsico.

Também no palco do Médio Oriente, tal como no da Europa, os mecanismos das relações internacionais estavam constantemente a girar, a equilibrar-se, a ajustar-se. Durante o século XVI, além da Pérsia sefévida e da Turquia otomana, a Ásia Central viu nascer perante si um estado imperial no Norte da Índia, o Império Mogol⁵⁴, uma potência tão capaz de (des)equilibrar toda a estabilidade regional da Pérsia como a própria Turquia⁵⁵, e cuja força não pode ser ignorada na questão de Ormuz.

No final do século XV, depois de um percurso tumultuoso, ao capturar Cabul, no Afeganistão, aos uzbeques, Babur, um emir local, conseguiria lançar as bases para que o seu filho, Humayun, e o seu neto, Akbar, consolidassem a supremacia mogol sobre o Norte da Índia, que até à data da morte de Babur, em 1530, apesar de já ter demonstrado as suas potencialidades, ainda não tinha convencido firmemente os territórios que procurava subjugar.

De facto, Humayun herdou um império com algumas fragilidades. Entre elas, aquela provocada pelo soberano afegão, Sher Khan, era provavelmente a mais forte. Enquanto Humayun estava concentrado nas suas campanhas a Sul, Sher Khan foi estendendo o seu poder até Bengala, e antes que o século XVI chegasse a meio, tinha o Norte da Índia todo sob o seu controlo, forçando Humayun a recorrer ao seu irmão Kamran para apoio e exílio em Cabul e Qandahar. Ao ver negada a ajuda do irmão, Humayun deu por si a pedir protecção ao então Xá da Pérsia, Tahmasp⁵⁶. Este tornar-se-ia um aliado do imperador sem império nas tentativas de Humayun recuperar o poder. A combinação das suas forças foram bem sucedidas, tendo, em conjunto, ocupado tanto Cabul como Qandahar, deixando um Afeganistão já

da *Expansão Europeia*, vol. II: *Do Índico ao Atlântico (1570-1697)*, Navarra, Temas & Debates, 1998, pp. 82-106; K. CHAUDHURI, *Trade...* cit., pp. 80-97; Michel MORINEAU, *As Grandes Companhias das Índias Orientais: séculos XVI-XIX*, Mem Martins, Publicações Europa-América, 2004.

⁵⁴ Sobre os impérios sefévida, otomano e mogol diz J. FLORES, «I will...» cit., pp. 4-5, que são impérios «unidos por uma herança Turco-Mogol comum mas separados por profundas rivalidades políticas».

⁵⁵ J. M. SALLMANN, *Nouvelle...* cit., pp. 67-134, dá uma boa contextualização dos avanços do Islão no século XVI.

⁵⁶ Ver Y. BOMATI & H. NAHAVANDI, *Shah...* cit., p. 120. Sobre o apoio do Xá Tahmasp a Humayun nestes conturbados anos do seu exílio, diz J. FLORES, «I will...» cit., p. 17, citando Muhammad Rabi, que a «corte persa se apresentava como um refúgio e que proclamava simultaneamente a superioridade dos sefévidas sobre os mogóis».

em declínio sob o domínio do soberano mogol. Mesmo assim, Humayun deixaria a seu filho, Akbar, um território instável que o último conseguiu expandir e consolidar⁵⁷.

Apesar do apoio do Xá Tahmasp na recuperação do Império Mogol através do Afeganistão, este território seria sempre uma fronteira de tensão entre os dois poderes no final do século XVI e no primeiro quartel do século XVII, especialmente no que dizia respeito à cidade de Qandahar que, sendo uma encruzilhada do comércio caravaneiro da Índia, desempenhava um papel de vital importância na Ásia Central.

Além disso, ao mesmo tempo que geria as suas relações com o imperador mogol, a Pérsia tinha também que lidar com a dinastia uzbeque da Transoxânea, onde esta contestava permanentemente o território do Coraço e a Este do Cáspio, uma quezília, aliás, que acompanhava a Pérsia sefévida desde o reinado de Ismail I. Além disso, os uzbeques, que partilhavam o Islão sunita dos otomanos, sendo por isso naturalmente mais próximos do sultão que do Xá, ao ameaçar o Coraço sempre que os otomanos estavam a braços com a Europa, impediam a Pérsia de se aproveitar da vulnerabilidade otomana⁵⁸.

Quando Abbas, o *Grande*, ocupou o trono em 1587, a Pérsia encontrava-se rodeada de potenciais fronteiras de combustão. Dois reinados muito fracos, o de Ismail II (1576-1577) e o de Muhammad Khudabanda (1577-1587) tinham antecedido o seu, sendo responsáveis por significativas perdas territoriais e por toda a instabilidade interna dos primeiros anos de Abbas como Xá, com as suas inevitáveis repercussões negativas na situação económica do império, ao prejudicar o comércio e a indústria, bem como as condições de vida da população⁵⁹. O Coraço tinha sido perdido para os uzbeques durante a guerra da sucessão de 1588-1589. Em 1594, Qandahar seria perdida para os Mogóis, antes que Abbas tivesse tempo para reorganizar o seu atribulado legado. As perdas mais críticas, contudo, seriam nas fronteiras ocidentais. O inimigo seria, claro está, o otomano. Depois de uma longa guerra, que se iniciou em 1578, entre estes dois vizinhos do Médio Oriente, Abbas ver-se-ia forçado a assinar a Paz de Istambul em 1590, que o obrigaria a reconhecer a perda de importantes territórios como o Azerbaijão, incluindo Tabriz, a primeira capital do império, partes da Geórgia e Qarabagh, a cidade de Erivan e de Ganja, a província de Shirvan e de Daghistão, o Cuzistão, Luristão e o Curdistão, além da cidade de Bagdad na Mesopo-

⁵⁷ Sobre os primeiros anos do Império Mogol, a conquista e estabilidade do seu território, ver John F. RICHARDS, *The Mughal Empire*, Cambridge, Cambridge University Press, 1987, pp. 6-28; J. FLORES, «I will...» cit., pp. 3-4. Ver também S. SUBRAHMANYAM, *O Império...* cit., pp. 208-209.

⁵⁸ Clara Cary EDWARDS, «Relations of Shah Abbas the Great, of Persia, with the Moghul Emperors, Akbar and Jahangir», in *Journal of the American Oriental Society*, vol. 35 (1915), p. 247.

⁵⁹ H. R. ROEMER, «The Safavid Period», in P. JACKSON & L. LOCKHART, *The Cambridge...* cit., p. 262.

tâmia⁶⁰. Todos eles territórios que percorriam as fronteiras a noroeste e oeste da Pérsia. A assinatura deste acordo reduziria o Império Sefévida a «uma potência de segunda ordem»⁶¹. Tais focos de tensão em torno da Pérsia sefévida eram ainda completados pelos assuntos do Golfo Pérsico, cujo controlo estava essencialmente confinado aos otomanos, através de Baçorá – a conduta comercial que ligava o Oriente e o Mediterrâneo, e aos portugueses, através de Ormuz, uma vez que este pequeno reino, como já houve oportunidade de sublinhar, tinha sob a sua alçada os portos, ilhas e cidades costeiras mais importantes daquelas águas⁶².

Nestes primeiros e conturbados anos do seu reinado, apesar da desafiante conjuntura e dos evidentes insucessos, Abbas concentrou-se em ganhar terreno e reunir todas as condições, internas e externas, que lhe permitissem colocar a Pérsia sefévida de novo numa posição privilegiada no quadro das potências políticas e económicas do Médio Oriente e Ásia Mogol. O primeiro quartel do século XVII a tal se proporcionaria e uma vez alcançado tão ambicioso objectivo, seria altura para o Sofi se compenetrar em tornar o Golfo verdadeiramente Pérsico⁶³.

3. A Política de Abbas, o Grande, no Golfo Pérsico

Abbas encarregou-se do seu império determinado a restabelecer o poder da Pérsia no Médio Oriente. Antes de se dedicar aos desafios que sopravam dos quatro ventos, Abbas não podia deixar de resolver o estado caótico em que os seus predecessores tinham deixado o seu reino.

Com efeito, a Pérsia sefévida à altura da ascensão de Abbas padecia de vários males que a fragilizavam no quadro regional. O governo central não tinha capacidade para impor a sua autoridade perante os *qizilbash*⁶⁴, as tribos turcomanas que deviam a sua influência política e militar aos seus antepassados, ocupavam a maioria da classe governante e constituíam praticamente todo o exército. O poder das elites turcomanas sobrepunha-se ao poder das elites persas, ou *tajiks*, havendo entre os dois grupos uma rivalidade que já se fazia notar desde os tempos de Ismail I.

⁶⁰ H. R. ROEMER, «The Safavid...» cit., p. 266.

⁶¹ J. M. SALLMANN, *Nouvelle...* cit., p. 133.

⁶² Abdul Aziz M. AWAD, «The Gulf in the Seventeenth Century», in *Bulletin of the British Society for Middle Eastern Studies*, vol. 12, n.º 2 (1985), pp. 123-134.

⁶³ Luis GIL FERNÁNDEZ, «La Unión Ibérica y Persia: contactos diplomáticos y choque de intereses», in Maria da Graça Mateus VENTURA (coord.), *A União Ibérica e o Mundo Atlântico: Segundas Jornadas de História Ibero-Americana*, Lisboa, Edições Colibri, 1997, p. 312.

⁶⁴ O termo *qizilbash* significa «cabeça vermelha» e deve-se à introdução de um uniforme para os membros das tribos turcomanas que consistia num turbante vermelho, nos tempos de Ismail I. As fontes portuguesas da época referem-se aos *qizilbash* como gazeisbaixos ou casselbaxos. Ver Dejanirah COUTO & Rui Manuel LOUREIRO, *Ormuz: 1507 e 1622. Conquista e Perda*, Lisboa, Tribuna da História, 2007, pp. 46, 76; Roger M. SAVORY, «The Sherley Myth», in *Journal of the British Institute of Persian Studies*, London, V, 1967, p. 75.

A excessiva autonomia e incontrollável indisciplina dos *qizilbash* eram responsáveis pela fraqueza dos soberanos sefévidas e acabavam por permeabilizar o império face aos seus adversários, uma vez que a instabilidade que provocavam se traduzia na ausência de um exército leal à autoridade do Xá e suficientemente forte para fazer frente às ameaças nas fronteiras. Este vazio na defesa do estado sefévida, juntamente com as suas dissidências internas, deixava a Pérsia vulnerável perante os seus inimigos, principalmente otomanos e uzbeques, que souberam aproveitar-se de tal fragilidade nas conturbadas décadas de 70 e 80 do século XVI para avançar sobre o território persa⁶⁵.

Abbas, no entanto, e a partir de algumas medidas com origem no reinado do Xá Tahmasp, conseguiu neutralizar a influência política e militar dos *qizilbash*, transferindo gradualmente o seu poder para as elites persas fiéis ao Xá. Ao mesmo tempo, conseguiu transformar o seu exército com um admirável sucesso. Para tal, criou uma nova força militar devota ao seu serviço: uma cavalaria composta por *ghulams* (i.e. «escravos» do Xá), escravos georgianos, circassianos e arménios, recrutados em criança, convertidos ao Islão e treinados para ocupar cargos militares e administrativos no Estado; e, simultaneamente, um corpo de mosqueteiros e de artilharia que viria a ser influenciado pelos futuros aliados ingleses⁶⁶.

Com um exército cada vez mais disciplinado, coeso e fiel à sua autoridade, Abbas foi gradualmente conquistando e pacificando o território interior da Pérsia. A sua aquiescência ao acordar a Paz de Istambul com os otomanos em 1590 é muitas vezes considerada humilhante. No entanto, as tréguas com o seu tradicional rival turco permitiram-lhe concentrar-se na resolução dos seus problemas internos, não só na influência negativa dos *qizilbash* e no deficiente exército, mas também na instabilidade do seu reino⁶⁷.

Depois de reconquistado o seu próprio território, ou seja, de retirada a autonomia aos governadores turcomanos que não lhe eram leais⁶⁸, um Estado pacificado e centralizado, e com uma nova força militar «capaz de rivalizar com a dos otomanos»⁶⁹, Abbas estava agora preparado para se dedicar à consolidação do seu império no quadro regional.

⁶⁵ Roger M. SAVORY, «The Safavid Administrative System», in P. JACKSON & L. LOCKHART, *The Cambridge...* cit., p. 363.

⁶⁶ Sobre a reorganização do exército persa, ver W. FLOOR, *The Persian...* cit., p. 199; A. J. NEWMAN, *Safavid...* cit., p. 52; H. R. ROEMER, «The Safavid...» cit., pp. 265-266; J. M. SALLMANN, *Nouvelle...* cit., pp. 131-132; R. M. SAVORY, «The Safavid...» cit., p. 364; R. M. SAVORY, «The Sherley...» cit., p. 76. Este último (p. 81) acredita que a introdução da artilharia no exército sefévida se deve não tanto aos ingleses, através dos irmãos Anthony e Robert Sherley, como é ocasionalmente mencionado, mas sim, e antes de mais, aos Venezianos e depois aos Portugueses, pela proximidade de relações com os persas conseguida através da sua presença no Golfo Pérsico nos séculos XV e XVI.

⁶⁷ H. R. ROEMER, «The Safavid...» cit., p. 267.

⁶⁸ A. J. NEWMAN, *Safavid...* cit., p. 53.

⁶⁹ J. M. SALLMANN, *Nouvelle...* cit., p. 132.

Num território com fronteiras tão susceptíveis como era o da Pérsia, cada conflito parecia ser bem equacionado pelo Xá. Poder-se-á mesmo dizer que Abbas evitava acender conflitos em mais do que uma frente em simultâneo⁷⁰. Se tivermos em conta as quatro fronteiras de conflito da Pérsia sefévida – otomana, uzbeque, mogol e a do Golfo – e observarmos cronologicamente como Abbas se impôs perante cada um deles, fica a ideia de que o modo como o soberano persa alcançou a integridade territorial do seu reino fez parte de uma estratégia ponderada, ainda que fruto, em parte, de um conjunto de circunstâncias favoráveis.

Assim, subtilmente, (e de certo modo também pacientemente, caso contrário não teria aceitado os termos desfavoráveis acordados na Paz de Istambul de 1590), esperou até reordenar as suas possessões territoriais internas, construiu um exército poderoso e leal, antes de pôr em prática as medidas políticas que fariam com que viesse a ser recordado como o *Grande*. Um a um, recuperou os territórios perdidos, sempre balançando tacticamente a sua posição no quadro regional e medindo cada um dos seus movimentos de acordo com os poderes circundantes, bem como as suas potencialidades como futuros aliados ou as suas ameaças como futuros inimigos⁷¹.

Abbas começou por impor o seu domínio no Coração e afastar a ameaça uzbeque deste território. Virou-se em seguida para os vizinhos otomanos e recuperou importantes territórios de que tinha sido privado com a assinatura da Paz de Istambul. Concentrou depois atenção e esforços na costa do Golfo Pérsico e nos pontos mais importantes daquelas águas, como Ormuz. Ganhou, por fim, Qandahar ao Império Mogol e Bagdad ao Império Otomano, atacando igualmente Baçorá, cada uma destas cidades com um valor económico e estratégico considerável.

As primeiras campanhas vitoriosas lideradas por Abbas vão concentrar-se no Coração. Depois dos atribulados primeiros anos do seu reinado terem permitido aos uzbeques a ocupação de grande parte deste território no Nordeste da Pérsia, em 1598 o destemido Xá, já com um poderoso exército e usufruindo da instabilidade vivida pelos uzbeques devido a uma crise de sucessão, avança triunfalmente sobre Mashad e Herat (as cidades mais importantes da província), ocupando outras cidades de relevância na região. Ao pôr cobro ao conflito que desde há tanto mantinha com os uzbeques, Abbas acaba por estabilizar as fronteiras orientais e impor o seu poder não só no Coração, mas também na Ásia Central, estabilidade que só voltaria a ser «incomodada» quando se voltasse a acender o conflito em torno da cidade de Qandahar, em 1622.

Afirmadas as fronteiras orientais, era altura de o Xá ajustar contas com os otomanos e recuperar as zonas pertencentes à Pérsia que, ao momento,

⁷⁰ H. R. ROEMER, «The Safavid...» cit., p. 267; Rudolph P. MATTHEE, *The Politics of Trade in Safavid Iran: Silk for Silver, 1600-1730*, Cambridge, Cambridge University Press, 1999, p. 75.

⁷¹ R. M. LOUREIRO, «A Perda...» cit., pp. 75-76, faz um bom apanhado dos primeiros anos do reinado de Abbas I.

respondiam perante a autoridade do Sultão. Nos primeiros anos do século XVII, depois de uma série de incursões militares sobre os territórios ocidentais da Pérsia, Abbas recuperaria o Azerbaijão e a cidade de Tabriz, as cidades de Erivan e Nakchivan, a Arménia, Qarabagh, Shirvan e a Geórgia. As sucessivas vitórias de Abbas culminam com a assinatura de uma nova Paz de Istambul em 1612, desta feita, com claro prejuízo para o lado otomano⁷².

Estabilizadas as suas fronteiras continentais, o Xá direccionou os seus intentos para o Golfo Pérsico, cujo domínio se dividia entre os otomanos a norte, através de Baçorá, e os portugueses a sul, através de Ormuz. A partir do momento em que Abbas concentrou a sua política no Golfo Pérsico, os portugueses passaram a ter sérios motivos para sentir ameaçado o controlo que tinham sobre a ilha e o estreito de Ormuz, bem como o domínio que tinham vindo a exercer sobre o Golfo desde o início do século XVI⁷³.

Em 1601-1602, por intermédio de Allahverdi Khan, o Khan de Xiráz e um dos governadores *ghulams* mais próximos e fiéis ao Xá, o soberano sefévida estendeu o seu domínio até à província de Lar, incorporando-a no seu reino, província que tinha, até então, servido como uma barreira política, autonomizando a influência do reino de Ormuz da influência do Império Sefévida⁷⁴. Ao controlar o território no sudoeste da Pérsia, Abbas aproximava-se cada vez mais do Golfo, o que não era, por certo, bom agouro para a presença portuguesa na região. A ameaça persa tornava-se gradualmente mais real e, ainda em 1602, o mesmo governador conquistaria a ilha de Barém com o aval do Xá, sob o pretexto de que a ilha era património dos seus antepassados. Este avanço crescente indiciaria razões sobejas para que os portugueses temessem pela segurança de Ormuz.

A ilha de Barém, na costa árabe do Golfo, era um dos maiores, senão o maior banco perlífero do Golfo, e por isso uma importante fonte de rendimento para o reino de Ormuz. García de Silva y Figueroa, um dos embaixadores ibéricos enviados por Filipe III de Espanha, II de Portugal, à corte do

⁷² Sobre a vitória persa sobre os uzbeques e os otomanos em torno dos territórios orientais e ocidentais da Pérsia, ver Y. BOMATI & H. NAHAVANDI, *Shah...* cit., pp. 145-152; H. R. ROEMER, «The Safavid...» cit., p. 267; e J. M. SALLMANN, *Nouvelle...* cit., p. 133.

⁷³ Sobre o avanço persa sobre o Golfo Pérsico ver Jean-Louis BACQUÉ-GRAMMONT, Dejanirah COUTO & Mahmoud TALEGHANI, *Atlas historique du Golfe Persique (XVI^e-XVIII^e siècles)*, Turnhout, Brepols, 2006, pp. 306-309; Charles R. BOXER, «Anglo-Portuguese Rivalry in the Persian Gulf: 1615-1635», in Edgar PRESTAGE, *Chapters in Anglo-Portuguese Relations*, Watford, Voss and Michael, 1935, p. 56; W. FLOOR, *The Persian...* cit., pp. 199-203, 215-217; Luis GIL FERNÁNDEZ, *El Imperio Luso-Español y la Persia Safavida*, Tomo I (1582-1605), Madrid, Fundación Universitaria Española, 2006, pp. 37-38.

⁷⁴ D. Frei António de GOUVEIA, *Relação em que se tratam as guerras e as grandes vitórias que alcançou o grande Rei da Pérsia Xá Abbas do grão Turco Mahometto, e seu filho Amethe: as quais resultaram das embaixadas, que por mandado da Católica e Real Majestade del Rei D. Filipe Segundo de Portugal fizeram alguns religiosos da ordem dos Eremitas de S. Agostinho à Pérsia*, Lisboa, Pedro Crasbeeck, 1615, fols. 20-22. Ver também Luis GIL FERNÁNDEZ, «Ormuz pendant l'union dynastique du Portugal et de l'Espagne (1582-1622)», in D. COUTO & R. M. LOUREIRO, *Revisiting...* cit., p. 184.

Xá Abbas (1614-1619), enfatizaria a riqueza da ilha de Barém, dizendo que é «tão celebrada no mundo pela riquíssima pescaria de suas pérolas como as melhores e mais perfeitas de todo o Oriente»⁷⁵. Depois de o reino de Ormuz ter perdido Barém, os portugueses passaram a recorrer a Julfar, outro importante banco perlífero que compensaria parte do prejuízo⁷⁶, mas também este seria tomado pelos persas em 1614.

Ao longo do século XVI, Barém tinha funcionado como uma linha divisória entre a rivalidade portuguesa e otomana, limitando a influência de cada uma das suas forças no Golfo, tendo, por isso mesmo, sido alvo de uma disputa constante entre os portugueses e os otomanos, os primeiros confinados a sul e os últimos a norte. O próprio governante da ilha oscilava o seu apoio entre um e outro, consoante aquilo que a cada momento lhe parecia mais proveitoso⁷⁷. Ao ocupar Barém, os persas tornavam-se um perigoso vizinho para os portugueses naquelas águas. Estes, por sua vez, pareciam cada vez mais conscientes, não só da política expansionista de Abbas, mas também das suas intenções em relação a Ormuz e pareciam saber que era apenas uma questão de tempo até o sefévida investir no alargamento da sua esfera de influência dentro do Golfo. A restituição da ilha de Barém ao reino de Ormuz seria um tópico frequente na diplomacia entre a Coroa Ibérica e a Pérsia sefévida: «[...] e porque a dita ilha [Barém] e fortaleza há de importância o que sabeis, para a conservação da de Ormuz e tirar ao rei da Pérsia a ocasião de poder pôr os olhos nela, vos encomendo muito que na mesma conformidade trabalheis para recuperá-la [...]»⁷⁸. No entanto, a insistência filipina não se veria capaz de contornar a teimosia do Xá, como se verá mais adiante.

Ainda no mesmo ano, os persas poriam cerco ao Comorão, que encavrava Ormuz desde o litoral persa e onde os portugueses tinham uma fortaleza. Segundo António de Gouveia, um agostinho que serviria de intermediário nos contactos entre a Pérsia e a Coroa dos Habsburgos, o cerco ao

⁷⁵ Ver D. García de SILVA Y FIGUEROA, *Comentarios de D. García de Silva y Figueroa de la embajada que de parte del Rey de España Don Filipe III hizo al rey Xa Abas de Persia*, edição de Manuel Serrano y Sanz, 2 vols., Madrid, Sociedad de Bibliófilos Españoles, 1903-1905, p. 296. Nos seus *Comentários*, Don García da Silva y Figueroa deixaria uma narrativa da sua experiência, proporcionando uma visão muito interessante das relações entre Espanha, Portugal e a Pérsia, além de exaustivas descrições da região do Médio Oriente. Ver Miguel ASÍN PALACIOS, *Comentarios de Don García de Silva y Figueroa: de la embajada que de parte del rey de España Don Filipe III hizo al rey Xa Abas de Persia*, Madrid, Tipografía de Archivos, 1928. Ver também Francisco Paulo Mendes da LUZ, *O Conselho da Índia*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1952, p. 316.

⁷⁶ J. T. CUNHA, *Economia...* cit., p. 27.

⁷⁷ A. A. M. AWAD, «The Gulf...» cit., p. 124; L. GIL FERNÁNDEZ, «Ormuz...» cit., p. 184; S. ÖZBARAN, *The Ottoman...* cit., pp. 136-139.

⁷⁸ Raymundo António de BULHÃO PATO (dir.), *Documentos Remetidos da Índia ou Livro das Monções*, Tomos 1 a 5. Lisboa, Tipografia da Academia Real das Ciências (1880-1893), (doravante DRI, seguido do volume e número de documento): DRI-I-Doc. 73, pp. 218-221, Carta régia ao vice-rei D. João Forjaz Pereira, conde da Feira, Lisboa, 15 de Março de 1608, p. 220.

Comorão não era mais do que uma tentativa de desviar os esforços portugueses do socorro à ilha de Barém⁷⁹. Fossem esses os objectivos reais dos persas ou não, a verdade é que se reflectia no comércio de Ormuz, uma vez que além de sitiarem os portugueses no Comorão, os persas não permitiam que as caravanas passassem à ilha⁸⁰. O cerco não se prolongaria por muito tempo, mas os persas continuavam (demasiado) próximos.

Logo depois da ocupação da ilha de Barém, Allahverdi Khan procedeu a uma série de ataques a povoações costeiras do território do Mogostão, povoações estas até então sob a tutela do reino de Ormuz. Quando estas se renderam perante a superioridade militar persa, Abbas veria o seu império consolidado nas margens do Golfo. Mesmo a revolta anti-sefévida, supostamente instigada pelos portugueses em 1606, não surtiu qualquer efeito, pois foi abafada no mesmo momento pelo governador de Lar⁸¹.

Os portugueses vêem assim o seu poder na região em evidente retrocesso, situação agravada pelo duplo golpe sofrido em 1608, quando os persas, ainda sob o comando do Khan de Xiráz, ocuparam e construíram uma fortaleza em Queixome e outra no Comorão. Ambas as iniciativas seriam preocupantes para os portugueses, já que tanto Queixome como o Comorão eram de uma importância extrema para Ormuz, e o soberano habsburgo advertia para a necessidade de que não se deixasse construir os fortes: «[...] fazendo-lhe [ao Khan de Xiráz] para isso a guerra necessária na forma que convier [...]»⁸². Como se sabe, a pequena ilha que controlava a entrada do Golfo Pérsico, era desprovida de água e de solos férteis que lhe permitissem viver da sua própria produção. O mesmo não se passava com Queixome que, mesmo diante de Ormuz, era desde há muito responsável pelo seu abastecimento de água e mantimentos⁸³. Já o Comorão era o elo de ligação entre Ormuz e as rotas comerciais que cruzavam a Pérsia nos vários sentidos, além de fornecer, claro, parte das suas provisões⁸⁴.

Ao iniciar-se a segunda década de Seiscentos, as relações entre portugueses e séfévidas tinham entrado num clima em que «a acção militar era iminente»⁸⁵. Em 1614, novamente o Khan de Xiráz, com o consentimento do Xá, lançar-se-ia sobre o Comorão e com uma força militar arrebatadora pôs novo cerco à cidade, desta vez com intenção de tomá-la, o que acabou por conseguir, pese embora a resistência oferecida pelo comandante da fortaleza portuguesa. A perda definitiva do Comorão, que passava agora

⁷⁹ A. GOUVEIA, *Relação...* cit., fol. 16; L. M. AZEVEDO, *Apologéticos discursos...* cit., fol. 32.

⁸⁰ W. FLOOR, *The Persian...* cit., p. 204.

⁸¹ DRI-I-Doc. 73, pp. 218-221, Carta régia ao vice-rei D. João Forjaz Pereira, conde da Feira, Lisboa, 15 de Março de 1608, p. 218.

⁸² DRI-I-Doc. 110, pp. 322-331, Carta régia ao vice-rei Rui Lourenço de Távora, Lisboa, 13 de Fevereiro de 1610, p. 325.

Sobre a perda de Queixome e a necessidade de socorrer Ormuz, ver BNL, Cód. 580, fols. 86-93; e também L. M. AZEVEDO, *Apologéticos discursos...* cit., fols. 32-33.

⁸⁴ W. FLOOR, *The Persian...* cit., p. 209; R. M. LOUREIRO, «A Perda...» cit., pp. 79-80.

⁸⁵ W. FLOOR, *The Persian...* cit., p. 215.

a responder pelo nome de Bandar-Abbas, seria um mau prenúncio do que estava para vir. Já em 1602, altura do primeiro cerco persa ao forte português do Comorão, Frei António de Gouveia escrevia «se lhe largássemos o Comorão [aos persas] nos haviam de vir inquietar a Ormuz», opinião partilhada pelo cronista António Bocarro na sua *Década 13* onde dizia que «em se perdendo o Comorão, logo Ormuz se perdera», presságio que viria a provar-se verdadeiro. Os portugueses perdiam assim o controlo sobre o único porto que conservavam até então na costa persa. Além disso, o rei de Ormuz voltava também a reconhecer o antigo laço de vassalagem ao Xá, tornando por isso a pagar-lhe o tributo que devia à Pérsia nos tempos de Ismail, antes da chegada dos portugueses⁸⁶.

Ora, com Barém, Queixome e o Comorão sob a alçada do Xá Abbas, a presença portuguesa em Ormuz ficava demasiado dependente da boa-vontade sefévida que, por esta altura, era cada vez mais escassa em relação aos portugueses. À medida que a sua influência naquelas águas progredia, a dos portugueses retrocedia⁸⁷. Até porque o Xá já não se sentia ameaçado por turcos e uzbeques, que tinham desviado a sua atenção do Golfo nas duas últimas décadas de Quinhentos. De facto, todas as acções de Abbas que diziam respeito a Ormuz estavam dependentes das suas relações com os seus vizinhos continentais, principalmente os otomanos, pelo que no Golfo os portugueses observavam permanentemente o estado das coisas entre persas e otomanos: «[...] o dito rei da Pérsia trata pazes com o turco, e tem ruins intentos contra a fortaleza de Ormuz [...]»⁸⁸. Por certo, o soberano sefévida não estava disposto a desafiar os portugueses nas margens persas do Golfo – onde, lembremo-nos ainda, era exigida uma considerável força naval, algo em que os sefévidas nunca tinham investido – enquanto enfrentava o assédio terrestre nas suas fronteiras mais instáveis: a otomana e a uzbeque.

Esta combinação de circunstâncias tinha muito pouco de novidade para os portugueses, desde há muito cientes de que a sua calma no Golfo e a sua amizade com as forças sefévidas estavam dependentes dos atritos nas fronteiras otomanas e uzbeques do Xá, atritos estes que, para fortuna dos portugueses, tinham sido constantes ao longo do século XVI. Precisamente por saberem que a sua tranquilidade no estreito de Ormuz dependia

⁸⁶ António BOCARRO, *Década 13 da História da Índia*, direcção de Rodrigo José de Lima Felner, Parte I, Lisboa, Tipografia da Academia Real das Ciências, 1876, (1634), pp. 344-349; A. GOUVEIA, *Relação...* cit., fol. 15-17; e L. GIL FERNÁNDEZ, «Ormuz...» cit., p. 180.

⁸⁷ L. Gil Fernández, *El Imperio...* cit., p. 38; L. GIL FERNÁNDEZ, «Ormuz...» cit., p. 186.

⁸⁸ DRI-II-Doc. 312, pp. 312-319, Carta régia ao vice-rei D. Jerónimo de Azevedo, Lisboa, 1 de Fevereiro de 1613, p. 313; Ver também DRI-I-Doc.110, pp. 322-331, Carta régia ao vice-rei Rui Lourenço de Távora, Lisboa, 13 de Fevereiro de 1610, p. 326: «[...] fui avisado que, dando-se-lhe [ao Xá] uma carta minha, a não quis receber, nem ouvir a quem lha dava, por respeito das pazes que o imperador fez com o turco [...]»; No seu regimento a Frei António de Gouveia, Filipe III pede: «[...] tereis particular cuidado de me escrever por todas as vias que se oferecere assim por terra como por mar os recontros e sucessos que o Xá e os seus exércitos tiverem com os Turcos [...]», ver BA, Cód. 51-VII-11, Doc. 50, fol. 163.

da ocupação do Xá com as suas fronteiras terrestres, principalmente a dos otomanos⁸⁹, os portugueses cedo se aperceberam das vantagens de fomentar a guerra contra o «Turco», incitação que era uma constante nas suas aproximações à corte do Xá Abbas. Numa carta ao vice-rei D. Martim Afonso de Castro, Filipe III instiga a «[...] haverem de procurar entender os procedimentos daquele rei [o Xá] e incitá-lo sempre a prosseguir a guerra contra o Turco [...]»⁹⁰. Os persas, por sua vez, pareciam também ter noção de que quaisquer conflitos que se acendessem nas suas fronteiras do Norte inibiam a vontade que tinham de recuperar Ormuz, principalmente num momento em que os portugueses davam os primeiros sinais de fraqueza⁹¹.

A partir do momento em que tomaram conhecimento dos objectivos expansionistas de Abbas, os portugueses começaram a consciencializar-se de que Ormuz, bem como as principais fortalezas que detinham no estreito, no Golfo Pérsico e no Mar de Omã, exigiam um investimento considerável na sua defesa, pelo que passaram também a empreender iniciativas nesse sentido, o que, de resto, era já uma preocupação do *Estado da Índia* em todas as partes da Ásia: «E porquanto o que se tem alcançado dos intentos dos persas contra Ormuz, obriga a ter maior cuidado das coisas daquela fortaleza, vos hei por mui encarregado que procureis como na guarda dela e do estreito haja particular vigilância, e a façais ter sempre tão bem provida do necessário para a sua defesa, que não possa correr nenhum risco [...]»⁹². Era essa uma das razões porque os portugueses se esforçariam permanentemente para não «provocar» os ânimos do Xá. Já numa carta enviada por Filipe II a D. Francisco da Gama, escrita em finais do século XVI, o monarca sublinhava «[...] o quanto convém conservar a amizade do Xá Rei da Pérsia [...] como coisa que tanto importa [...]», pedindo também ao vice-rei que o avisasse de «suas [do Xá] coisas e sucessos»⁹³. Mesmo assim, as relações

⁸⁹ Sobre a tranquilidade que o conflito entre persas e otomanos reflectia em Ormuz, veja-se a carta enviada pelo vice-rei da Índia, Rui Lourenço de Távora, a Filipe II de Portugal, datada de Dezembro de 1609: «[...] não há indicação de movimento algum da parte do Xá nem de presente se pode recear por ele andar muito embaraçado com a guerra do Turco [...]», BNL, Cód. 1975, fol. 366. Ver também C. R. BOXER, «Anglo-Portuguese...» cit., pp. 56-58.

⁹⁰ DRI-I-Doc.3, pp. 11-16, Carta régia ao vice-rei D. Martim Afonso de Castro, Lisboa, 26 de Fevereiro de 1605, p. 13. No regimento que o mesmo rei dá a Frei António de Gouveia (Madrid, 17 de Março de 1612) é também esta uma das indicações do monarca ibérico, que enfatiza «[...] o quanto convém perseguir a guerra contra o Turco comum inimigo e procurar com ela de o extinguir de todo[...].» Ver BA, Cód. 51-VII-11, Doc. 50, fol. 162. Ver também W. FLOOR, *The Persian...* cit., p. 210.

⁹¹ L. GIL FERNÁNDEZ, *El Imperio...* cit, p. 85; F. P. M. LUZ, *O Conselho...* cit., p. 318.

⁹² DRI-II-Doc.372, pp. 426-427, Carta régia ao vice-rei D. Jerónimo de Azevedo, Lisboa, 1 de Fevereiro de 1613, p. 426. Ver também DRI-I-Doc.3, pp. 11-16, Carta régia ao vice-rei D. Martim Afonso de Castro, Lisboa, 26 de Fevereiro de 1605, p. 15; DRI-I-Doc.110, pp. 322-331, Carta régia ao vice-rei Rui Lourenço de Távora, Lisboa, 13 de Fevereiro de 1610, p. 322; A. GOUVEIA, *Relação...* cit., fol. 16;

⁹³ BNL, Cód. 6919, fols. 112-116, fol. 113, Carta de D. Filipe I de Portugal a D. Francisco da Gama, 15 de Janeiro de 1598. Ver também DRI-I-Doc.3, pp. 11-16, Carta régia ao vice-rei

entre persas e portugueses pautavam-se cada vez mais por uma desconfiança mútua, camuflando uns e outros tanto quanto podiam os seus verdadeiros interesses⁹⁴. Na sua *Década 13*, António Bocarro revela a desconfiança no carácter do Xá Abbas: «Era este rei [Abbas] grande homem de guerra, assim no espírito como de invenções e traças para poder conseguir o que pretendia, fosse por quaisquer meios que pudesse, sem guardar fé nem palavra; [...] E assim depois que viu que sua Majestade lhe não deferia nada às suas pretensões não deixava de mandar embaixadores, e fingir amizades e grande desejo de as conservar, porém debaixo disto fazia coisas que mostravam bem diferente ânimo, como foi na tomada da ilha de Barém, que sendo uma das melhores que possuía el-Rei de Ormuz, e sua Majestade melhor por ele ser seu vassalo, não teve o Xá sossego até a pôr debaixo de sua jurisdição; e sobre isto dizia que queria senão paz e muita amizade com sua Majestade [...]»⁹⁵. Daí que as tentativas que os portugueses levaram a cabo para recuperar os domínios perdidos, pelo menos por enquanto, não tenham sido mais do que diplomáticas, como se verá em seguida⁹⁶.

A ameaça iminente das forças sefévidas em relação a Ormuz é agravada, pouco tempo passado da tomada de Comorão pelos persas, com o estabelecimento dos ingleses no Golfo, que já procuravam o comércio com a Pérsia desde os finais do século XVI. Assim, já as forças do Xá defronte de Ormuz, a costa persa do Golfo sob o seu domínio e aliciantes aliados nas mesmas águas, inicia-se um complexo e ambíguo jogo diplomático. Abbas pode agora finalmente considerar o apoio inglês, e eventualmente o holandês, na região para levar a cabo os seus intentos: afastar definitivamente os portugueses do estreito de Ormuz, consolidar-se como potência no Golfo Pérsico e, por fim, consolidar todas as fronteiras da Pérsia que governava e garantir uma posição de supremacia perante cada um dos seus rivais.

D. Martim Afonso de Castro, Lisboa, 26 de Fevereiro de 1605, p. 12; DRI-I-Doc.73, pp. 218-221, Carta régia ao vice-rei D. João Forjaz Pereira, conde da Feira, Lisboa, 15 de Março de 1608, p. 218; A. BOCARRO, *Década 13...* cit., p. 202.

⁹⁴ Veja-se uma carta de autoria e data desconhecidas enviada a Filipe III (?) sobre a declarada inimizade do Xá para com o Rei de Espanha, onde o autor refere que o Sofi fazia muitas coisas contra os vassalos do monarca habsburgo em Ormuz, [TT-Graça-Cx.6-Tomo II E, fol. 447-449]. Ao mesmo tempo, numa carta enviada pelo Xá ao soberano filipino (c. 1617), traduzida para castelhano, Abbas refere-se a Filipe III como seu irmão, [BNL, Cód. 580, fols. 73-74].

⁹⁵ A. BOCARRO, *Década 13...* cit., pp. 34, 668.

⁹⁶ Veja-se o exemplo do regimento de Filipe III a Frei António de Gouveia (Madrid, 17 de Março de 1612): «E porque sendo a fortaleza de Barém e terras firmes do Mogostão de El Rei de Ormuz meu vassalo as tem ocupadas o Sultão de Xiráz [...] trateis com ele [Xá Abbas] que lhe faça restituir uma coisa e outra, para que havendo entre nós amizade e boa correspondência, há razão para que a mesma haja entre os vassalos [...]», [BA, Cód. 51-VII-11, Doc. 50, fols. 162-163, fol. 163]. Sobre o mesmo assunto ver a Carta de Filipe III ao bispo D. Pedro de Castilho, 29 de Março de 1613, [BA, Cód. 51-VIII-6, fols. 181-182]. Ver também José Manuel GARCIA, «Pedro Teixeira et Fr. António de Gouveia: leurs intérêts pour la Perse», in D. COUTO & R. M. LOUREIRO (ed.), *Revisiting...* cit., p. 209.

4. Europeus no Golfo Pérsico: Ambiguidades de uma Diplomacia Inter-regional

Como se sabe, Abbas, o *Grande*, tinha bem presente que enquanto as suas contendias continentais se mantivessem não convinha agitar as águas do Golfo, pelo que soube esperar pela altura certa para a recuperação de Ormuz. E por isso mesmo, enquanto se digladiava com a hostilidade otomana (por agora os seus problemas com os uzbeques estavam controlados), o Xá procurou consolidar as suas relações dentro da Europa⁹⁷.

Com efeito, houve durante o seu reinado um esforço diplomático considerável. Abbas pretendia, acima de tudo, promover uma aliança contra os otomanos, o que passava não só pela união de esforços militares, mas também pelo desvio da seda persa pela rota alternativa do Cabo da Boa Esperança, roubando aos otomanos os benefícios da rota do Levante. A tentativa de desviar a sua seda através da costa africana, para o que seria necessária alguma cooperação externa, era uma das maneiras de Abbas responder à ameaça otomana no seu território e poder sobre a região. Segundo o cronista António Bocarro: «O Xá, rei da Pérsia, chamado Abbas, tinha mandado a sua Majestade à Europa muitas embaixadas em tempo dos vice-reis passados, procurando por todos os meios fizesse com o imperador da Alemanha movesse por Europa ao grão Turco toda a mais guerra que pudesse, porque na mesma forma ele pela banda de seus reinos, que na Ásia confinavam com os do Turco, o apertaria com a maior a que se estendessem suas forças; levando também estes embaixadores a cargo fazerem com sua Majestade lhe mandasse comprar a seda toda que tinha em seus reinos em grande cópia, para o que a mandaria pôr no bandel do Comorão, ou na fortaleza de Ormuz, na forma que se assentasse. O que pretendia não somente para ficar tendo mais comércio, trato e aliança, com os vassalos e estados de sua Majestade, mas também para tirar das terras do Turco esta fazenda, que com grandes interesses lhe passava por todas elas, com que ficasse diminuindo mais e afracando»⁹⁸.

A aproximação entre a Pérsia e a Europa não era, como se referiu anteriormente, uma novidade do reinado de Abbas. Este, quando muito, intensificou-a, num momento em que também a Europa, sobretudo a Coroa Ibérica, se mostrava mais interessada. O denominador comum destes contactos era o concerto das forças sefévidas e europeias contra os otomanos. Com efeito, o Império Otomano situava-se geograficamente entre a Pérsia e a Europa, o que tornava bastante aliciante a possibilidade de aniquilar a sua força no meio de duas ofensivas em simultâneo. Tanto os persas, como os principais príncipes europeus, contemplavam esta coligação⁹⁹. Já os otomanos

⁹⁷ Y. BOMATI & H. NAHAVANDI, *Shah...* cit., p. 114.

⁹⁸ A. BOCARRO, *Década 13...* cit., pp. 33-34.

⁹⁹ Aparentemente, um dos ambiciosos objectivos de Abbas seria unir a Pérsia à Europa e juntar as suas fronteiras, «aniquilando» o Império Otomano. Ver Christopher J. WALKER, *O Islão*

temiam-na. Para debilitar o poderio otomano no quadro regional, Abbas idealizou também, como se disse, o desvio da seda persa pelo Golfo Pérsico, através de Ormuz, em detrimento da tradicional rota levantina que tinha o inconveniente de atravessar o Império Otomano, tendo, como tal, algum peso na sua economia. Essa possibilidade tornava-se aliciante para qualquer uma das potências europeias que em águas orientais procuravam, acima de tudo, o lucro, especialmente para as que se preparavam para, brevemente, assumir o controlo sobre a Rota do Cabo: a Inglaterra e as Províncias Unidas. Qualquer uma delas que se aproximasse o suficiente do Xá para se tornar o agente de ligação entre a seda persa e os mercados da Europa adquiriria naquela região uma posição privilegiada: «[...] com a abertura do comércio e liberdade do comércio antigo: no qual o Persa se esconde, se os Espanhóis aceitarem as suas ofertas, a liberdade dada ao Turco será inútil, pois as Sedas descerão até Ormuz; mas tenho esperança que sua Excelência o impeça [...]. O Rei da Pérsia tem indagado ultimamente novidades sobre os Ingleses, pois é-lhe indiferente que Cristão tenha o trato, desde que o Grand Signior o perca: pois a sua primeira oferta aos Espanhóis poderá dar-lhes tréguas, e deixar-nos a nós depois com os restos»¹⁰⁰.

Quanto a Abbas, soube aproveitar-se bem das ambições dos europeus e aliciá-los a tornarem-se seus parceiros, ainda que os seus verdadeiros intentos em relação ao presumível desvio da seda pelo Golfo fossem algo ambíguos¹⁰¹, até porque, independentemente da permanente hostilidade com o Sultão, o comércio da seda pelo Levante também era conveniente ao Sofi.

Apesar das sucessivas embaixadas persas terem percorrido várias cortes dentro do continente europeu, talvez os resultados conseguidos, bem como os não conseguidos, de maior relevância para a questão de Ormuz digam respeito ao contacto com a Coroa dos Habsburgos e com a Coroa inglesa.

Na sua aproximação diplomática à Europa, Abbas não podia, de modo nenhum, ignorar a importância de Espanha, pois os interesses do seu monarca, Filipe III, que era um dos mais poderosos no palco europeu e que desde há muito procurava continuamente acabar com a ameaça do *Infel*, iam ao encontro dos interesses do Xá. Além disso, Espanha tinha ainda uma posição privilegiada no Mediterrâneo que nunca deixara de inquietar os

e o Ocidente: uma Harmonia Dissonante de Civilizações, Lisboa, Edições 70, 2005, pp. 147-148; Y. BOMATI & H. NAHAVANDI, *Shah...* cit., p. 114; A. T. WILSON, *The Persian...* cit., pp. 131-132. Ver também H. INALCIK, *An economic...* cit., pp. 246-249; e José Gervásio LEITE, «Introdução», Pedro CRASBEECK, *Comentários do grande capitão Rui Freire de Andrade*, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1940, p. 4.

¹⁰⁰ A Letter of Sir Thomas Roe, to another Right Honorable Councillor, 30 de Novembro de 1616, pp. 458-459, em Samuel PURCHAS, *Hakluytus posthumus or Purchas his pilgrims: containing a history of the world, in sea voyages and land travels by Englishmen and others*, 20 volumes, Glasgow, James MacLehose and Sons, 1905-1907 (1.^a ed. 1625), vol. IV, pp. 457-462. Ver também W. FLOOR, *The Persian...* cit., p. 209; R. M. LOUREIRO, «A Perda...» cit., p. 81; R. P. MATTHEE, *The Politics...* cit.; A. J. NEWMAN, *Safavid...* cit., p. 61.

¹⁰¹ F. P. M. LUZ, *O Conselho...* cit., pp. 318-319.

otomanos¹⁰². E por isso mesmo, a troca de embaixadas entre estes dois soberanos foi mais intensa. Poder-se-á, no entanto, dizer que as proximidades de Abbas com os ingleses (que vingariam na captura de Ormuz) são mais fruto da ingerência dos agentes ingleses, Anthony e Robert Sherley, do que uma intenção concreta do Xá. Nos assuntos do Golfo Pérsico, e em Ormuz, foram essencialmente os interesses da *East India Company*, valendo-se do espaço de manobra no campo da diplomacia que lhe era permitido pela coroa inglesa¹⁰³, a ditar a aliança anglo-persa.

Abbas começaria por enviar duas missões diplomáticas que, depois de visitarem alguns soberanos europeus e de encontrarem diferentes níveis de hospitalidade, chegariam às cortes castelhana e inglesa. A primeira embaixada enviada à Europa em 1599 era encabeçada por Sir Anthony Sherley, que foi acompanhado por um embaixador persa, Husein Ali Beg, pretendendo sugerir uma aliança contra o Império Otomano. A segunda, que deixou a Pérsia em 1608, seria empreendida pelo seu irmão Robert que, além da coligação entre a Pérsia e a Europa, pretendia também cimentar relações de natureza comercial e, de certa maneira, averiguar os interesses de Inglaterra e Espanha na seda persa¹⁰⁴.

Os irmãos Sherley eram dois aventureiros ingleses que foram para a Pérsia em busca de negócios lucrativos e que chegaram à corte de Abbas em 1598, anunciando-se como emissários da rainha Isabel I de Inglaterra, algo que convenceria mais facilmente o Xá a acolhê-los com agrado, uma vez que a rainha era uma das monarcas mais poderosas da Europa, mas que não era propriamente verdade. Até porque o empreendimento dos Sherley tinha sido incitado pelo Conde de Essex, que movia a sua política em sentido oposto ao da rainha inglesa¹⁰⁵. Aos irmãos Sherley valia-lhes o nome, mas a sua sorte seria traçada pelas suas ambiciosas intenções. Apesar do seu tacto diplomático (uma qualidade apontada tantas vezes quanto o seu carácter duvidoso),

¹⁰² R. M. LOUREIRO, «A Perda...» cit., pp. 77-78.

¹⁰³ J. L. BACQUÉ-GRAMMONT, D. COUTO & M. TALEGHANI, *Atlas...* cit., pp. 306-309.

¹⁰⁴ Sobre as embaixadas de Anthony e Robert Sherley, ver F. P. M. LUZ, *O Conselho...* cit., pp. 325-327; L. GIL FERNÁNDEZ, *El Imperio...* cit.; R. M. SAVORY, «The Sherley...» cit.; C. J. WALKER, *O Islão...* cit., pp. 137-156, contextualiza a proximidade entre os irmãos Sherley e Abbas I desde uma perspectiva da relação entre o Islão e o Ocidente. O papel dos irmãos Anthony and Robert Sherley como agentes ingleses ao serviço do Xá Abbas é frequentemente desenvolvido quando se estuda as relações entre a Pérsia e a Europa. No entanto, Rudolph P. MATTHEE, *The Politics...* cit., p. 77, considera que, se observado a partir da Pérsia e não a partir de Inglaterra ou da Europa como é habitual, estes aventureiros ingleses eram agentes relativamente insignificantes, «manipulados pelo Xá ao serviço de uma ofensiva diplomática muito mais vasta». Sobre a embaixada e ambíguas intenções de Anthony Sherley, ver Vasco RESENDE, «Un homme d'inventions et inconstant»: les fidélités politiques d'Anthony Sherley, entre l'ambassade safavide et la diplomatie européenne», in D. COUTO & R. M. LOUREIRO (ed.), *Revisiting...* cit., pp. 235-260. Ver ainda «Promise by Shah 'Abbas of Extraterritorial Privileges to Europeans, 1600», J. C. HUREWITZ, *Diplomacy in the Near and Middle East, A Documentary Record: 1535-1914*, Vol. I, Princeton, D. Van Nostrand Company Inc., 1956, pp. 15-16.

¹⁰⁵ C. J. WALKER, *O Islão...* cit., pp. 137, 143.

ambas as embaixadas falhariam na sua missão de convencer os soberanos de Inglaterra, Isabel I (r. 1558-1603) e Jaime I (r. 1603-1625), e de Espanha, Filipe III, da conveniência da proposta do Xá.

Neste virar de século, a embaixada liderada por Anthony Sherley encontraria no trono inglês Isabel I, que tinha como interesse manter boas relações com os otomanos de modo a preservar os privilégios dos ingleses no comércio levantino, onde estes tinham já desde 1581 uma companhia¹⁰⁶. Os assuntos relativos à Pérsia nada diziam a esta monarca, o que, juntamente com a má reputação que crescia em torno do agente inglês, faria da embaixada infrutífera. Aliás, Anthony Sherley não chegou sequer a alcançar a corte inglesa.

No que diz respeito ao seu irmão Robert, depois de deixar Espanha sem conseguir quaisquer resultados¹⁰⁷, em 1611 dirigiu-se à corte inglesa pretendendo propor o mesmo pacto ao Rei Jaime I, em cuja corte seria bem recebido. De qualquer maneira, em assuntos orientais, muito pesavam os interesses das companhias mercantes, e, neste em particular, os da *English Levant Company*, que também não estava disposta a renunciar às boas relações comerciais (e de que natureza fossem) com o Sultão. O comércio da seda feito pela rota do Levante trazia-lhes grandes benefícios, pelo que o seu desvio pelo Golfo Pérsico só interessaria se fossem os seus navios e não os navios ibéricos a controlar o estreito de Ormuz, algo que teria que aguardar até que a *English India Company* se apercebesse de que a seda persa seria de facto proveitosa¹⁰⁸. No decurso desta embaixada, Robert Sherley tentaria também averiguar os interesses das Províncias Unidas em assentar relações militares e comerciais com a Pérsia¹⁰⁹.

Também Filipe III estava ciente de como era importante não perder o controlo que a presença portuguesa no estreito de Ormuz assegurava sobre

¹⁰⁶ O tratado de comércio estabelecido entre o Império Otomano e Inglaterra em Junho de 1580, bem como o primeiro decreto da *English Levant Company*, encontram-se transcritos em J. C. HUREWITZ, *Diplomacy...* cit., pp. 7-15.

¹⁰⁷ O objectivo de Robert Sherley junto da Coroa Filipina era assentar o comércio entre a Pérsia e Espanha através de Ormuz [C. J. WALKER, *O Islão...* cit., p. 149], e também concertar forças contra o Império Otomano, mas talvez por ser inglês e por a desconfiança ser permanente, as suas intenções tenham fracassado junto do soberano habsburgo. Ver *Resposta que mandou dar Filipe III a Robert Sherley, embaixador do Xá Abbas, sobre a liga contra o Turco*, 3 de Março de 1610, [TT-Graça-Cx.6-Tomo II E, fol. 443-444] ou a sua transcrição em Luz 1952: 498-501. Sobre as intenções de Robert Sherley junto da corte ibérica, ver «*Cópia do papel que deu a Sua Majestade D. Roberto Sherley, tocante ao embaixador ao que qual o há enviado El-Rei da Pérsia*», [TT-Graça-Cx.6-Tomo II E, fols. 423-426]; «*Artículos y condiciones que propone el Conde Don Roberto Sherley, Embaixador de El-Rei de Pérsia para el comércio que se trata entre sua Majestade Católica y dicho Rei*», [TT-Graça-Cx.6-Tomo II E, fols. 427-430]; e também «*Apuntamentos de las condiciones de paz y alianza entre Sua Majestade y El-Rei de Pérsia que el embaixador D. Roberto Sherley dice que se acceptaran por su parte*», [TT-Graça-Cx.6-Tomo II E, fols. 431-439].

¹⁰⁸ C. J. WALKER, *O Islão...* cit., p. 151.

¹⁰⁹ Ver o artigo de Willem FLOOR, «Dutch-Persian Relations», in *Encyclopaedia Iranica*. [Consult. 8 Fev. 2009] Disponível na WWW, em: <http://www.iranica.com/newsite/index.isc?Article=http://www.iranica.com/newsite/articles/v7f6/v7f646.html>.

o Golfo e procurou igualmente, pelos seus próprios meios, chegar a termos com o Xá através do envio constante de emissários, que seriam, de uma maneira geral, muito bem acolhidos na corte sefévida¹¹⁰.

Dois destes emissários merecem especial destaque: o missionário agostinho Frei António de Gouveia¹¹¹ e o fidalgo castelhano D. García da Silva y Figueroa¹¹². O primeiro serviu de intermediário entre Portugal, o *Estado da Índia* e a Pérsia em mais do que uma ocasião durante a primeira década de Seiscentos, e o segundo encabeçou a última embaixada ibérica de relevo, sendo enviado à Pérsia em 1614, onde permaneceu até 1619.

Os motivos que levaram Filipe III a enviar António de Gouveia, D. García da Silva y Figueroa e outros embaixadores à corte do Xá Abbas foram essencialmente sempre os mesmos: o desejo de concertar esforços contra os otomanos, o «presumível» interesse no desvio da seda persa por via de Ormuz¹¹³, a restituição dos territórios perdidos no Golfo e nas suas margens (territórios outrora vassalos do reino de Ormuz), e o afastamento dos rivais europeus de qualquer contacto com o Xá. O que há a assinalar em cada uma destas embaixadas são as circunstâncias que ganhavam forma nas águas do Golfo Pérsico na altura em que cada uma destas missões foi empreendida.

Durante a primeira década do século XVII, quando Gouveia foi enviado à corte do soberano sefévida, os persas levavam a cabo uma aproximação gradual a Ormuz por iniciativa do Khan de Xiráz, Allahverdi Khan, e com o louvor de Abbas, como já foi referido. Para os portugueses, esta era uma ameaça numa única frente, a continental. As suas capacidades de defesa,

¹¹⁰ Y. BOMATI & H. NAHAVANDI, *Shah...* cit., p. 114.

¹¹¹ Sobre a figura de Frei António de Gouveia ver Rui Manuel LOUREIRO, «The Persian Ventures of Frei António de Gouveia», in Rudi MATTHEE & Jorge FLORES (ed.), *Portugal, the Persian Gulf and Safavid Persia* (no prelo); e L. GIL FERNÁNDEZ, *El Imperio...* cit., p. 264. A escolha de frades como intermediários entre a Coroa dos Habsburgos e a Pérsia sefévida era frequente, e no início do século XVII são várias as missões diplomáticas enviadas pelo soberano espanhol ou pelos seus representantes no Estado da Índia à Pérsia a cargo de religiosos. Em 1602 são enviados juntamente com António de Gouveia, os agostinhos Jerónimo da Cruz e Cristóvão do Espírito Santo; e em 1604-1605 são enviados Luís Pereira de Lacerda, Frei Guilherme de Santo Agostinho e Frei Belchior dos Anjos. Ver Luís de MATOS, *Das Relações Entre Portugal e a Pérsia: 1500-1758, Catálogo Bibliográfico da Exposição Comemorativa do XXV Centenário da Monarquia no Irão*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1972, pp. xv-xvi; e também L. GIL FERNÁNDEZ, *El Imperio...* cit.

¹¹² Sobre a embaixada de D. García da Silva y Figueroa ver C. R. BOXER, «Anglo-Portuguese...» cit., pp. 57-58; W. FLOOR, *The Persian...* cit., pp. 221-224; L. LOCKHART & P. JACKSON, *The Cambridge...* cit., pp. 392-393; R. M. LOUREIRO, «A Perda...» cit., p. 80; e F. P. M. LUZ, *O Conselho...* cit., pp. 342-349. Ver também A. BOCARRO, *Década 13...* cit., pp. 369-374; G. SILVA Y FIGUEROA, *Comentarios...* cit.

¹¹³ Sobre a passagem do comércio da seda persa por Ormuz ver a Carta do Conde Meirinho-Mor para D. Pedro de Castilho, Madrid, 15 de Abril de 1612, [BA, Cód. 51-VIII-15, fols. 53-56]. Sobre o comércio e valor da seda persa, ver também «Advertência sobre o trato da seda que se oferece a sua Majestade por parte de El-Rei da Pérsia» (autoria e data desconhecidas), [TT-Graça-Cx.6-Tomo II E, fol. 451-453].

resistência e resposta eram já assombradas pela presença europeia no Índico, e era conveniente instigar no seio da corte do Xá um sentimento negativo ante ingleses e holandeses. António Bocarro menciona uma carta escrita pelo vice-rei D. Jerónimo de Azevedo enviada ao Xá por via de Frei António de Gouveia em que o vice-rei dizia «quem eram os ingleses, e que todo seu fundamento faziam em ser piratas do mar, e que a vinda que faziam a este Estado era sem licença de sua Majestade; por onde, se ele queria conservar sua amizade, os não havia de consentir em portos, nem ter comércio com eles por via deste Estado [...]»¹¹⁴. No entanto, pelo menos por enquanto e já que os otomanos estavam confinados ao limite norte do Golfo, i.e. Baçorá, os portugueses moviam-se mais ou menos à vontade no estreito.

Já o contexto que rodeava a embaixada de D. García da Silva y Figueroa era ligeiramente diferente e o panorama mais preocupante. Os persas tinham-se imposto no Golfo com as conquistas de Barém, Queixome, Comorão e outros territórios na sua costa. Por outro lado, o nobre espanhol já encontraria no Golfo a presença firme dos ingleses. Agora os portugueses não tinham apenas que encarar o assédio persa vindo de terra, mas necessitavam de cuidar também das águas do estreito, uma vez que as armadas inglesas, à medida que os ingleses estreitavam relações com o Xá, se encontravam cada vez mais próximas¹¹⁵. Além disso, o gradual apreço de Abbas pelos ingleses – para o que em muito contribuía a proximidade de Robert Sherley junto da corte sefévida que procurava, com êxito, conjugar os interesses da *East India Company* com os de Abbas – traduzia-se num gradual desagrado ante os portugueses.

Nenhuma das pretensões ibéricas encontraria em Abbas a resposta pretendida. Na correspondência que trocavam através dos seus respectivos emissários, tanto o soberano habsburgo como o Xá ponderavam a aliança contra os otomanos e o desvio da seda persa pela rota do Cabo. Mas o interesse demonstrado por Filipe III no desvio da seda persa através de Ormuz era algo dúbio, e era utilizado até certo ponto apenas para alimentar a boa vontade do Xá¹¹⁶. Por seu turno, as exigências ibéricas que diziam respeito ao Golfo, como a restituição da ilha de Barém e a reconstrução do forte português em Comorão, e que tinham como fim último recuperar a segurança que outrora envolvera a fortaleza de Ormuz, não eram do agrado de Abbas. Nem tão pouco o aprazia afastar os recém-chegados ingleses, pois estes seriam

¹¹⁴ A. BOCARRO, *Década 13...* cit., p. 203.

¹¹⁵ W. FLOOR, *The Persian...* cit., p. 22.

¹¹⁶ F. P. M. LUZ, *O Conselho...* cit., p. 347, afirma que os portugueses não deram saída ao desvio da seda persa pelo Golfo. O interesse do monarca filipino talvez fosse mais virtual do que real. Com ele, o rei ia alimentando a boa vontade e as expectativas do Xá. Isto porque, e já tendo os portugueses acesso à seda proveniente da China, os verdadeiros interesses de Filipe III residiam na conservação de Ormuz, para o que era imprescindível agradar o Xá. Sobre a importância da seda ver o «Discurso de Frei Belchior dos Anjos sobre o comércio da seda da Pérsia», 8 de Setembro de 1619 a 10 de Outubro de 1619, em F. P. M. LUZ, *O Conselho...* cit., pp. 588-601.

fundamentais para os seus intentos. Com efeito, a ilha e o estreito estavam cada vez mais perto de regressar ao domínio do Xá¹¹⁷.

Como se demonstrou anteriormente, a partir do momento em que estabilizou as fronteiras do reino persa, Abbas direccionou os seus objectivos políticos para Ormuz. Necessitava apenas de aliados externos, capazes de disputar o poder naval dos portugueses¹¹⁸.

A chegada de ingleses e holandeses aos mares asiáticos danificaria profundamente o *Estado da Índia*, o que acabava por expressar-se no Golfo Pérsico. Numa carta dirigida a Rui Freire de Andrade, o capitão da armada enviada para socorrer Ormuz e os portugueses no Golfo Pérsico, o Rei Filipe III alertá-lo-ia sobre «[...] o que se diz das embarcações que se armam em Holanda e Inglaterra para em Março que vem navegarem para estas partes com intento de empreenderem as praças que neles vereis; e porque também poderiam intentar a de Ormuz, como uma das de maior importância desse estado, e mais conveniente a seus fins, e pretensões [...]»¹¹⁹. Como já se viu, nas iniciativas que visavam a aproximação a Ormuz no início do século XVII e que contavam com a ajuda do Khan de Xiráz que, como se sabe, se opunha à presença portuguesa em águas persas e era um fiel vassalo do Xá, Abbas tomaria a ilha de Barém, ocuparia Queixome e restabelecer-se-ia no Comorão¹²⁰. Uma vez que os rivais europeus dos portugueses, os tão chamados «inimigos da Europa», já absorviam os seus esforços de resistência por todo o Oceano Índico, os portugueses, apesar de se aperceberem das pretensões persas em relação a Ormuz, não podiam agravar as discórdias com o Xá. Deveriam tentar pôr fim aos ataques ingleses e holandeses nos mares da Ásia enquanto o Xá estivesse comprometido com as habituais quezílias com os turcos, ao mesmo tempo que observavam de soslaio cada um dos seus movimentos na região.

Estes (indesejados) norte-europeus viriam a interferir no «sistema» que os portugueses tinham criado com os mercadores asiáticos e onde tinham exercido a posição dominante ao longo do século XVI. Agora, no entanto, deixavam de ser os únicos europeus a usufruir das redes comerciais que o Índico tecia, vendo finalmente chegar ao *Estado da Índia* o sabor amargo de uma concorrência capaz de acabar com o domínio lusitano em mares orientais. Ingleses e holandeses chegavam com a intenção, tal como os portugueses, de se integrarem no sistema comercial intra-asiático e não apenas de se tornarem agentes de ligação entre as riquezas orientais e os mercados

¹¹⁷ Y. BOMATI & H. NAHAVANDI, *Shah...* cit., pp. 128, 131; C. R. BOXER, «Anglo-Portuguese...» cit., p. 58; W. FLOOR, *The Persian...* cit., p. 210; F. P. M. LUZ, *O Conselho...* cit., p. 347.

¹¹⁸ F. P. M. LUZ, *O Conselho...* cit., p. 307.

¹¹⁹ Carta de Filipe III a Rui Freire de Andrade, Lisboa em 29 de Janeiro de 1620, transcrita em L. M. AZEVEDO, *Apologéticos discursos...* cit., fols. 37-39. Ver também A. BOCARRO, *Década 13...* cit., pp. 201-202, que sublinha a urgência de que «[...] a fortaleza [de Ormuz] estivesse sempre mui bem provida para qualquer ocasião, pelas muitas que se podiam esperar com os ingleses e holandeses, e do mau ânimo do Xá contra esta fortaleza [...]».

¹²⁰ Veja-se L. M. AZEVEDO, *Apologéticos discursos...* cit., fols. 31-33.

européus¹²¹. Seja como for, qualquer um dos objectivos pressupunha o afastamento dos portugueses, e os portugueses pressentiam-no¹²².

Quando decidiram aventurar-se para lá do Cabo da Boa Esperança, os ingleses e os holandeses tomariam diferentes direcções, qualquer uma delas ameaçadora para os interesses portugueses. Enquanto os holandeses se concentrariam no Sueste Asiático, onde estabeleceriam o seu «quartel-general» em Batávia desde 1619, os ingleses procurariam os privilégios da costa indiana, não demorando muito até estabelecerem a sua sede oriental em Surate¹²³. Mas, tanto uns como outros, não tardariam a aperceber-se de que alcançar a rota da seda persa e estabelecer relações com o Xá de natureza comercial e política traria por certo vantagens, além de prejudicar a influência portuguesa na região¹²⁴.

No quadro regional, a amizade comercial com um soberano tão poderoso como Abbas seria certamente proveitosa, e os mercadores ingleses cedo se aperceberam de quanto lhes valeria estabelecer-se no estreito de Ormuz tão depressa quanto possível. Como deixaria escrito António Bocarro: «Os ingleses, que, depois que começaram a declinar da verdadeira fé católica romana de Cristo nosso senhor, não repararam em crime nem abominação contra os católicos, vieram de mui boa vontade em uma coisa e outra, pela entrada que já começavam a ter em Surate, donde faziam conta carregar de roupas para a Pérsia e trazerem dela sua seda com aventejados interesses»¹²⁵. Também os holandeses acabariam por reconhecer que a presença da *Verenigde Oost-Indische Compagnie* nos mercados sefévidas seria indispensável. Estes, no entanto, apesar de algumas investidas nas águas do Golfo no início do século XVII, só mais tarde, em 1623, viriam a estabelecer-se

¹²¹ Sobre o impacto da chegada de ingleses e holandeses aos mares da Ásia para a economia do *Estado da Índia*, ver M. N. PEARSON, *The Indian...* cit. A. V. SALDANHA, «Da Paz...» cit., p. 66, aponta a «partilha do espaço de manobra no Oriente com outras potências europeias» como uma das razões para a perda de influência dos portugueses na Ásia. Neste sentido, ver também K. CHAUDHURI, *Trade...* cit., p. 114. Este último (pp. 80-81), considera a chegada dos ingleses e holandeses ao Oceano Índico como o «maior desafio» que os portugueses tiveram que enfrentar na Ásia até então, um desafio que se viria a provar «fatal para o seu poder e prosperidade económica».

¹²² Ver Om PRAKASH, «Asian Merchants and the Portuguese Trade in Asia», in E. VEEN & L. BLUSSÉ, *Rivalry...* cit., p. 138. Já na época, A. BOCARRO, *Década 13...* cit., p. 200, sublinhava a necessidade de os portugueses se empregarem «todos nas [ocasiões de guerra] dos inimigos ingleses e holandeses», evitando a guerra com os naturais, referindo-se aqui às guerras com o «Melique por todo o Norte, e as que também se esperavam ter com o Mogor», mas podendo bem aplicar-se tal necessidade ao contexto persa.

¹²³ As autoridades mogóis abririam relações comerciais tanto com ingleses como com holandeses, tendo ambos estabelecido uma feitoria em Surate, respectivamente em 1612 e 1617. Ver K. CHAUDHURI, *Trade...* cit., p. 90.

¹²⁴ Para um sucinto balanço sobre as possessões portuguesas na Ásia em que os holandeses e os ingleses desferiram os seus ataques, ver A. J. R. RUSSELL-WOOD, *Um Mundo em Movimento: Os Portugueses na África, Ásia e América (1415-1808)*, Lisboa, DIFEL Editora, 1998, pp. 42-43. Ver também C. R. BOXER, *O Império...* cit., pp. 118-120; e R. M. LOUREIRO, «A Perda...» cit., p. 67.

¹²⁵ A. BOCARRO, *Década 13...* cit., p. 35.

efectivamente na Pérsia¹²⁶, e o seu apoio naval viria, a partir do mesmo ano, a ser fundamental para afastar os portugueses quando estes tentavam recuperar o já perdido domínio sobre o estreito. Na sua *Relação*, António de Gouveia não esconde o receio da presença dos holandeses no Índico para o controlo português do estreito de Ormuz: «[...] havendo notícia da multidão de velas holandesas que andavam no mar da Índia, receou o Capitão que então era Diogo Muniz Barreto, Vedor da fazenda, e mais oficiais de sua Majestade que em Ormuz residiam que algumas delas pudessem vir ao estreito fazer fortaleza em alguns dos lugares marítimos, que o Xá nele tem. Pretensão que os holandeses trazem há anos, como nos constou do trato que havia, entre os que estavam com o Mogor, e os que passaram à corte do Xá, todos estes receios moveram ao Capitão e ao mesmo Rei de Ormuz com toda a mais cidade a me pedirem que [...] impedisse quanto em mim fosse que se há caso viessem os holandeses ao estreito não tivessem favor algum nos portos do Xá, cujo governo o Sultão de Xiráz tem a seu cargo [...]»¹²⁷.

O estabelecimento dos ingleses no Golfo esteve relacionado, em boa parte, com Robert Sherley, de quem já se falou. O agente inglês não conseguiu, como se viu, grandes sucessos junto das cortes europeias. No entanto, provar-se-ia um agente com algum peso entre os intentos ingleses e as necessidades persas, e vice-versa, ao conseguir convencer a *East India Company* a investir na abertura do comércio com a Pérsia¹²⁸.

Apesar de não ter conseguido convencer o monarca inglês aquando da sua embaixada à Europa em 1608, movendo-se dentro da corte do Xá, Robert Sherley teve um papel de alguma relevância na aproximação das relações entre os ingleses e o soberano sefévida. A presumível influência que este diplomata – segundo Bocarro «mais espia que embaixador»¹²⁹ aquando as visitas à corte ibérica – teria no círculo próximo do Xá levantava grandes suspeitas junto dos portugueses, que pensaram em várias maneiras de acabar com a sua inquietante movimentação dentro da Pérsia¹³⁰. O que os

¹²⁶ Em 31 de Janeiro de 1612, escreveria Filipe III para D. Pedro de Castilho, avisando dos preparos dos holandeses em Amesterdão: «De Amesterdão escrevem que estão aparelhadas catorze naus «gruesas de gente» e que além dessas se iam prevenindo outras dez para sair este Março [...] [e] que também se crê que com o trato que os holandeses têm no Levante, hão de enviar embaixadores à Pérsia», [BA, Cód. 51-VIII-8, fols. 43-46]. Sobre o estabelecimento das relações entre os holandeses e os persas ver o artigo de W. FLOOR, «Dutch-Persian»... cit. Ver também «Grant of Capitulations by Shah 'Abbas to the Netherlands», 17 de Novembro de 1623, em J. C. HUREWITZ, *Diplomacy*... cit., pp. 16-18.

¹²⁷ A. GOUVEIA, *Relação*... cit., fol. 75-76. Estas observações por parte do frade agostinho corresponderiam a um período entre 1600 e 1605, período em que Diogo Moniz Barreto foi Capitão de Ormuz.

¹²⁸ C. R. BOXER, «Anglo-Portuguese...» cit., p. 55.

¹²⁹ A. BOCARRO, *Década 13*... cit., p. 515.

¹³⁰ As movimentações do agente inglês eram constantemente vigiadas. Ver Carta de Fernão de Matos ao Bispo de Castilho, Madrid, 23 de Março de 1613, sobre o embarque do inglês Robert Sherley numa nau da Companhia Inglesa das Índias Orientais, com intenção de desem-

alarmava era, sobretudo, a sua eventual capacidade de aproximar demasiado os ingleses e o Xá¹³¹. No regimento de Filipe III de Espanha a Frei António de Gouveia, o monarca habsburgo reflecte bem a desconfiança em Robert Sherley, dizendo ao agostinho: «Procurareis que os meios que tiverdes de mais convenientes, e na ocasião de vos parecer melhor fazer entender ao dito Rei [da Pérsia] como Dom Roberto [Sherley] que a mim veio com título de seu embaixador, mostrou bem no procedimento que teve ser pouco confidente e tratar só de seu particular interesse sem outro respeito [...]. E que por tudo isto se não deve fiar dele [...] nem consenti-lo em seus Reinos, e da mesma maneira a quaisquer estrangeiros que a eles fazem por serem inimigos comuns dos meus, e de meus vassallos, para que é razão que os não admita havendo entre nós tanta amizade»¹³².

Foi assim que, no meio de um ambíguo engenho de diplomacia, o desenrolar dos acontecimentos neste primeiro quartel do século XVII daria lugar a uma reconfiguração de equilíbrios nas águas do Golfo. Com a chegada dos europeus e suas rivalidades e os conflitos do Xá com as potências vizinhas – otomanos, uzbeques e mogóis – mais ou menos controlados, a balança de poderes que oscilava no Golfo Pérsico contava já com todos os intervenientes que influenciariam, directa ou indirectamente, a luta pelo controlo do estreito de Ormuz.

barcar em Surrate e passar à Pérsia [BA-Cód. 51-VIII-13, fol. 107]. Ainda sobre a desconfiança permanente nas intenções de Robert Sherley, ver «Cópia de um papel que dei ao Marquês Vice-rei em 25 de Setembro» (autor e ano desconhecidos) [BNL, Cód. 7144, fols. 47-48].

¹³¹ Numa carta de Filipe III para D. Pedro de Castilho, 24 de Dezembro de 1612, o rei demonstra a preocupação do embarque de Robert Sherley em Inglaterra em direcção ao Golfo «com quantidade de mercadorias para andarem no estreito de Ormuz e dar princípio ao trato da seda com el-Rei da Pérsia» [BA, Cód. 51-VIII-6, fols. 152-155].

¹³² BA, Cód. 51-VII-11, Doc. 50, fol. 163. Regimento de Filipe III de Espanha a Frei António de Gouveia, Madrid, 17 de Março de 1612. Para A. BOCARRO, *Década 13...* cit., p. 35, Robert Sherley era «um homem de notável astúcia e invenção, quase nisto conforme a natureza do mesmo Xá» e a sua visita à corte inglesa parecia pretender convidar «aos ingleses com o contrato da seda, debaixo de lhe prometerem [ao Xá], como depois se entendeu, de o ajudarem com as suas naus contra nós, para tomar a fortaleza de Ormuz». Escreve também o cronista (p. 201) que em Novembro de 1613 chegava «uma nau de Mascate, com uma carta de sua Majestade por terra, em que avisava como dom Robert Sherley, inglês que havia ido por embaixador do Xá a sua Majestade, se passara de Madrid a Inglaterra a negociar navios para passar a estas partes, com desenhos prejudiciais a este Estado, e em particular contra a fortaleza de Ormuz; ou que também viria para assentar com o Xá o comércio da seda para a Inglaterra; que uma e outra coisa convinha se atalhasse, e quando não pudesse ser por via de armas, se procurasse, por qualquer outra, que não fosse por nenhum modo à Pérsia o dito dom Robert». Ver ainda A. BOCARRO, *Década 13...* cit., pp. 511-512, 514-515. Ver também C. R. BOXER, «Anglo-Portuguese»... cit., pp. 53-55; W. FLOOR, *The Persian...* cit., p. 221; R. M. LOUREIRO, «A Perda...» cit., p. 79; F. P. M. LUZ, *O Conselho...* cit., pp. 346-347; Niels STEENSGAARD, *The Asian Trade Revolution of the Seventeenth Century: The East India Companies and the Decline of the Caravan Trade*, Chicago & Londres: University of Chicago Press, 1973, pp. 100-101.

5. Um Estreito Globalizado: A Luta por Ormuz e o Cruzamento de Conflitos Europeus e Regionais

Devendo-se ou não à interferência de Robert Sherley, o facto é que Abbas acabaria por permitir aos ingleses o seu estabelecimento no Golfo e, em 1616, os seus primeiros navios mercantes partiriam de Surate em direcção à região, pouco demorando até que fossem autorizados a comercializar no porto de Comorão. A diplomacia entre ingleses e sefévidas estava evidentemente no melhor caminho e, em 1619, os ingleses seriam autorizados a estabelecer uma feitoria em Jasques, uma cidade portuária à entrada do Golfo, cuja localização era conveniente por várias razões. Apesar de não estar demasiado afastada de Ormuz, a distância entre as duas cidades deixava os ingleses suficientemente protegidos dos navios portugueses, ao mesmo tempo que lhes permitia usufruir de todas as vantagens do comércio daquelas águas e ainda vigiar o comportamento da armada portuguesa¹³³.

Por esta altura, o Xá já estava determinado em focar as suas campanhas em Ormuz, pois tinha finalmente os argumentos por que há tanto esperava: tranquilidade nas suas fronteiras continentais e um aliado no Golfo disposto a providenciar o apoio necessário para aceder directamente aos lucros da seda. Com as forças persas e inglesas praticamente alinhadas, tornava-se agora para os portugueses imperativo expulsar os ingleses daquela área de influência e pô-los fora do alcance dos benefícios económicos de Ormuz¹³⁴.

Por certo, Abbas muito dificilmente teria recuperado Ormuz sem o apoio inglês, pois a força que tinha em terra, o exército que ele próprio erguera, faltava-lhe no mar. Esta era, aliás, uma fraqueza que sempre caracterizara a defesa do estado sefévida e que tinha facilitado a permanência dos portugueses no estreito e no Golfo¹³⁵. Mas a força naval inglesa viria a preencher esta lacuna, e as forças combinadas de persas e ingleses seriam avassaladoras para as capacidades defensivas dos portugueses naquelas águas: «[...] a guerra ficava declarada com o Xá e de Xirás vinham marchando para Ormuz enviado pelo Cão que ali tem por ser governador dez mil homens de pé e de cavalo, e feita assim esta relação representou o senhor Governador a grande importância da fortaleza de Ormuz e o muito que convinha fazer-se por sua conservação tendo declarado contra si um inimigo tão poderoso e de quem era tão desejada mormente havendo agora aviso por parte do Capitão de Chaul que além das três naus inglesas que nesta costa andavam [...] eram de novo vindas outras quatro naus, que tinham passado a Surrate, as quais era certo haverem todas de passar ao estreito de Ormuz

¹³³ Sobre o estabelecimento dos ingleses no Golfo Pérsico ver C. R. BOXER, «Anglo-Portuguese...» cit., p. 55; R. M. LOUREIRO, «A Perda...» cit., p. 81. Sobre os argumentos ingleses para o seu estabelecimento em Jasques, ver Edward MONNOX, «História Geral da Tomada da Fortaleza de Ormuz», in P. CRASBEECK, *Comentários...* cit., pp. 323-362. Ver também A. BOCARRO, *Década 13...* cit., p. 672.

¹³⁴ C. R. BOXER, «Anglo-Portuguese...» cit., pp. 72-73.

¹³⁵ L. LOCKHART & P. JACKSON, *The Cambridge...* cit., p. 380.

e que o Xá pretendia valer-se delas para intentar todo o dano»¹³⁶. Poder-se-á assim dizer que o Xá necessitava do apoio inglês para acabar com a influência portuguesa no Golfo, mas não mais do que os ingleses pretendiam colher as vantagens do comércio da seda, cuja exclusividade lhes seria (presumivelmente) garantida se a aliança com o Xá fosse concretizada¹³⁷.

Com os ingleses estabelecidos em Jasques e os persas em Queixome e no Comorão, o cerco à pequena ilha de Ormuz tornava-se cada vez mais sufocante¹³⁸. O panorama agravava-se à medida que outras ilhas no Golfo se iam revoltando contra o reino de Ormuz durante a segunda década de Seiscentos, como foi o caso de Julfar ou Dolba, e os portugueses iam perdendo gradualmente o alcance do seu domínio. Além, claro, de que a preocupante falta de aprovisionamento que tais insurreições provocavam na inóspita Ormuz enfraquecia ainda mais as forças portuguesas.

A guarnição suspirava pela assistência de Goa, mas o *Estado da Índia* estava demasiado ocupado e as suas forças demasiado divididas para acudir ao Golfo Pérsico, uma vez que, um pouco por toda a parte, ingleses e holandeses desafiavam as suas posições. Numa carta enviada por Rui Freire de Andrade ao Governador Fernão de Albuquerque, o capitão português demonstra como estava ciente do quão divididas estavam as forças do *Estado da Índia*: «Conforme ao estado em que ficam as coisas de Flandres e Inglaterra entendo que serão de grande importância a Vossa Senhoria muitos cascos em Goa, porque como daí há-de sair o socorro para onde for necessário, convém que o poder seja de qualidade, que contraste ao dos inimigos, o que não poderá ser pelo estado em que a Índia se vê, tendo Vossa Senhoria as forças repartidas [...]»¹³⁹.

Em Portugal, não paravam de chegar notícias sobre os perigos que assolavam todo o império asiático, nomeadamente o domínio português sobre o estreito de Ormuz, não escondendo Filipe IV a preocupação e necessidade de «restauração da Índia que tanto perigo corre»¹⁴⁰. Seria esta preocupação que encorajaria Filipe III a organizar uma armada em 1619, cujo comando ficaria a cargo do Capitão Rui Freire de Andrade¹⁴¹. Este conduziria a sua

¹³⁶ Ver «Assento do Conselho que fez o Governador Fernão de Albuquerque», de 20 de Outubro de 1621, transcrito em L. M. AZEVEDO, *Apologéticos discursos...* cit., fol. 88. Ver também Carta da Câmara de Goa para El-Rei, 30 de Março de 1622, em TT-SV, Cx. 19, fol. 101. Ver ainda Robert GULBENKIAN, «As embaixadas e as missões diplomáticas portuguesas na Pérsia», in *Anais da Academia Portuguesa da História*, II série, vol. 31, Lisboa, 1986, pp. 499-500; e Jean-Baptiste TAVERNIER, *Les six voyages de Turquie et de Perse*, 2 vols., Paris, François Maspero, 1981, p. 340.

¹³⁷ Ver E. MONNOX, «História...» cit., p. 325.

¹³⁸ L. M. AZEVEDO, *Apologéticos discursos...* cit., pp. 36-37.

¹³⁹ Carta de Rui Freire de Andrade ao Governador Fernão de Albuquerque, 29 de Agosto [ano ?], transcrita em L. M. AZEVEDO, *Apologéticos discursos...* cit., p. 40. Ver também L. GIL FERNÁNDEZ, «Ormuz...» cit., p. 186.

¹⁴⁰ Carta de Filipe IV aos governadores de Portugal, 22 de Janeiro de 1623 [TT-SV, Cx 19, fol. 94].

¹⁴¹ Sobre a urgência no socorro a Ormuz e o *Estado da Índia*, ver a carta de Filipe IV de Espanha, III de Portugal, aos governadores de Portugal, de 22 de Janeiro de 1622: «Que as

armada em direcção ao Golfo determinado a preservar Ormuz em mãos portuguesas. Apercebendo-se do quão perigosa a presença efectiva dos ingleses no Golfo se tornava para o já tão ameaçado domínio português sobre o estreito de Ormuz, os portugueses cercariam a cidade de Jasques por mar e atacá-la-iam em 1620. No entanto, mais não conseguiram do que consumir ainda mais as suas já desgastadas energias e cimentar as relações entre ingleses e persas¹⁴². Rui Freire de Andrade assegurar-se-ia de que uma expedição portuguesa voltava a atacar Jasques no final de 1621, quando o calendário comercial do ano se preparava para começar e as naus inglesas se preparavam para alcançar o porto. Os portugueses devastariam a cidade, mas esta expedição não cumpriu os seus verdadeiros objectivos, uma vez que não impediu, nem desencorajou, os ingleses de se juntarem à causa persa, (até porque esta servia a sua)¹⁴³.

Além da defesa de Ormuz, sobre Rui Freire de Andrade pesava ainda a ambígua prioridade de recuperar Queixome sem provocar os ânimos do Xá. No além-mar, a guerra deveria ser feita exclusivamente contra os «inimigos da Europa». O monarca ibérico estava bem consciente de quão frágil o estado dos assuntos portugueses no Índico se encontrava e de como dependia da gestão de boas relações com os potentados regionais. No entanto, sendo uma terra tão fértil e responsável por grande parte do abastecimento diário de Ormuz, Queixome era de facto importante para Ormuz e a sua reconquista era essencial para a conservação da fortaleza portuguesa. Em contrapartida, ao lançarem-se sobre a ilha vizinha, os portugueses estavam automaticamente a desafiar o domínio persa sobre ela, o que implicava proporcionar o argumento que o Xá até aqui não tinha para investir definitivamente na campanha de reocupação de Ormuz. O teor ambíguo da missão de Rui Freire de Andrade está bem expresso no regimento de Filipe III diri-

ordens dadas para que vá a Ormuz o socorro [...] se cumpram inteiramente por convir assim a meu serviço, e ao bem comum do Estado da Índia, escoassem logo os despachos para a execução» [TT-SV, Cx 19, fol. 16]. Ver também Carta de Filipe IV de Espanha, III de Portugal, para os governadores de Portugal, de 17 de Janeiro de 1623, [TT-SV, Cx 19, fol. 98]. Sobre as acções de Rui Freire de Andrade no Golfo Pérsico ver F. BETHENCOURT & K. CHAUDHURI, *História da Expansão Europeia*, vol. II... cit., pp. 95-96.

¹⁴² R. P. MATTHEE, *The Politics...* cit., p. 105.

¹⁴³ Sobre o perigo do estabelecimento dos ingleses em Jasques e o comércio que levavam a cabo a partir deste porto ver Capítulo de carta de Filipe III para o Conde de Redondo (s. data) transcrito em L. M. AZEVEDO, *Apologéticos discursos...* cit., pp. 40-43: «[...] Rui Freire [de Andrade] há-de andar com a sua armada nos estreitos de Ormuz, atalhando principalmente os intentos dos ingleses, assim no Cabo de Jasques como em outras partes, e executando todas as mais coisas que se lhe ordenaram em seu regimento, e para o poder fazer convém tanto como vedes que a sua armada esteja também provida e com força tão bastante que possa obrar os ditos efeitos: visto que deles se conseguirem com ela, depende a segurança de Ormuz, que tão arriscada está assim pelo muito que a deseja o Xá (conforme ao que dizem os avisos que me enviastes nas naus passadas e ao que se vê das cartas de D. Garcia da Silva que tive nas mesmas vias) como pela continuação com que os ingleses se vão chegando a ela [...]» (p. 41). Sobre os confrontos anglo-portugueses em Jasques ver R. M. LOUREIRO, «A Perda...» cit., pp. 84-88; e E. MONNOX, «História...» cit., p. 354.

gido ao capitão: «E porque eu tenho mandado entre meus vassalos e os de El Rei de Pérsia haja boa correspondência e de presente está em minha corte um embaixador seu, e outro meu na Pérsia, advertireis que a guerra se há de fazer somente aos estrangeiros que se acharem assim no mar como na terra, e não aos Persas, e outros Vassalos do Xá com os quais tereis toda a boa correspondência sem consentir que se lhe dê nesta ocasião de queixa ou rompimento»¹⁴⁴. Os portugueses acabariam por recuperar Queixome em 1621, o que mais não fez do que dar à aliança anglo-persa o pretexto para o ataque à mesma ilha, que se seguiu com sucesso, quando em Fevereiro de 1622 os portugueses se viram obrigados a render-se¹⁴⁵. Com Queixome de volta às mãos sefévidas, ingleses e persas concentrar-se-iam imediatamente em Ormuz¹⁴⁶. E apesar da presença da armada de Rui Freire de Andrade, os portugueses no Golfo continuavam demasiado carecidos da assistência do *Estado da Índia*, como demonstra Fernão de Albuquerque ao referir o «mui apertado cerco que os Persas e os Ingleses lhe tinham posto [a Rui Freire de Andrade] no forte de Queixome», continuando dizendo que fora avisado que «o forte [de Queixome] se rendera e os inimigos passaram logo à ilha de Ormuz [ocupando] a cidade e [ficando] a fortaleza posta de cerco por mar e terra [...]»¹⁴⁷.

Enquanto Abbas, com a campanha de Ormuz, procurava estender o domínio persa ao Golfo, os ingleses, acima de tudo, perseguiram a vontade de se tornarem os agentes de ligação entre a seda persa e os mercados europeus¹⁴⁸. Contudo, algumas cartas, cujos extractos foram publicados por William Foster (1906-1909), demonstram que os ingleses receavam a reacção castelhana se se aliassem aos persas no ataque a Ormuz. De certa maneira, ao unir forças com a Pérsia, que não deixava de ser um estado muçulmano, para atacar um estado católico como Portugal, cuja coroa se encontrava ainda

¹⁴⁴ Instruções de El-Rei a Rui Freire de Andrade, Madrid, 15 de Janeiro de 1619, documento transcrito em P. CRASBEECK, *Comentários...* cit., pp. 289-295. A apreensão e condenação do então vice-rei da Índia Fernão de Albuquerque em relação à expedição de Queixome (expressa no Decifrado de uma carta de Fernão de Albuquerque, Governador da Índia, sobre o deplorável estado dela, 31 de Março de 1622, TT-SV, Cx. 19, fol. 100), é frequentemente mencionado.

¹⁴⁵ Sobre os detalhes da expedição de Queixome, com uma opinião bastante reprovadora, ver L. CORDEIRO, *Batalhas...* cit.

¹⁴⁶ R. P. MATTHEE, *The Politics...* cit., p. 106.

¹⁴⁷ Decifrado de uma carta de Fernão de Albuquerque, Governador da Índia, sobre o deplorável estado dela, 31 de Março de 1622 [TT-SV, Cx. 19, fol. 100]. Ver também a carta de Filipe IV de Espanha, III de Portugal, de 14 de Janeiro de 1622, onde o rei refere o quanto importa socorrer a armada de Rui Freire de Andrade que andava no Estreito de Ormuz [TT-SV, Cx 19, fol. 10]. Na Carta da Câmara de Goa para El-Rei, datada de 30 de Março de 1622, diz o seu remetente sobre as condições de defesa de Ormuz: «[...] todos em geral estamos pobres, consumidos e acabados» [TT-SV, Cx. 19, fol. 101].

¹⁴⁸ Sobre os acordos determinados pela sua aliança ver a E. MONNOX, *História...* cit., pp. 325-326; P. Pietro DELLA VALLE, *The Travels of Pietro Della Valle in India*, Edward GREY (edição, introdução e notas), 2 vols., New Delhi-Madras, Asian Educational Service, 1991 (1.^a ed. 1650-1658), pp. 8-9; e também C. R. BOXER, «Anglo-Portuguese...» cit., p. 74; e R. P. MATTHEE, *The Politics...* cit., p. 106.

por cima unida a uma das mais poderosas de toda a Cristandade, os ingleses temiam estar a intentar contra «Deus Todo-Poderoso». Os holandeses, por sua vez, aplaudiam tal provocação contra a dignidade castelhana, pois Espanha continuava a ser a sua «inimiga mortal», e qualquer atitude que a enfraquecesse fortalecia as Províncias Unidas (ainda que virtualmente)¹⁴⁹. Para os ingleses, por outro lado, a possibilidade de se estabelecerem em Ormuz e exercerem a sua influência sobre o Golfo Pérsico, trazer-lhes-ia a vantagem adicional de ganhar aquela que era ainda considerada a «chave para toda a Índia»¹⁵⁰, uma reputação que intimidaria, no mínimo, os seus rivais europeus e asiáticos.

Tal tornava-se particularmente significativo, se se considerar a competitividade permanente com os seus vizinhos do Norte da Europa, os holandeses. Apesar de terem alcançado o Oceano Índico sensivelmente na mesma altura e com o comum objectivo de acabar com a supremacia que até então os portugueses seguravam naqueles mares, não deixavam de ser rivais, cada um deles conjecturando a sua parcela de ambiciosas (e habitualmente incompatíveis) pretensões relativamente ao Oriente. Apesar de terem, de facto, unido esforços em várias ocasiões para atacar e desmoralizar os portugueses no quadro regional, bem como a reputação espanhola dentro da Europa, as suas relações eram constantemente marcadas por uma desconfiança recíproca: «Os holandeses são muito falsos para serem de confiança [...]»¹⁵¹ [...] «É uma pena que eles [os ingleses] se tenham envolvido com os holandeses [...]. Os ingleses estarão sempre em perigo enquanto os holandeses não aceitarem cessar as suas depredações na navegação do Índico [...]»¹⁵².

Mas, como se sabe, os estados europeus não eram os únicos a pautar as suas relações pela instabilidade e desconfiança. Enquanto em todos os mares da Ásia os holandeses assaltavam os domínios do *Estado da Índia*, os ingleses negociavam astutamente a sua aliança com o Xá e balançavam a sua interferência nas possessões portuguesas com as relações com os potentados locais, e os portugueses procuravam salvaguardar-se das ofensivas que pareciam vir de todas as direcções, também os persas, otomanos e mogóis,

¹⁴⁹ William FOSTER, *The English Factories in India*, 3 vols., Oxford, Clarendon Press, 1906-1909, vol. 1622-1623 (ed. 1908), pp. VIII-IX; Carta de Thomas Rastell, Giles James, William Martin, and Joseph Hopkinson para a Feitoria de Pulicat, Surate, 29 de Abril de 1623 (p. 227); e Carta de Thomas Mills and John Dod, para o Presidente e Conselho em Surate, Masulipatam, 12 de Novembro de 1623, (pp. 312-313).

¹⁵⁰ Carta do Presidente Fursland e Conselho em Batávia para a Companhia, 27 de Agosto de 1622: «[...] se conseguirdes ter a posse de Ormuz e enviardes meios para mantê-la Vossas Excelências poderão estar certos de terem a chave para toda a Índia, o que será um [?] para os nossos desleais vizinhos os Holandeses, e fará com que os Mouros nos temam», em W. FOSTER, *The English...* cit., p. 118.

¹⁵¹ Carta de Thomas Rastell, Giles James, and Joseph Hopkinson para o Presidente e Conselho em Batávia, Surate, 24 de Janeiro de 1622, em W. FOSTER, *The English...* cit., p. 25.

¹⁵² Carta do Presidente Fursland e Conselho em Batávia para a Companhia, 27 de Agosto de 1622, em W. FOSTER, *The English...* cit., pp. 116-119.

neste primeiro quartel do século XVII, se viam envolvidos em inesperados realinhamentos, não só entre si, mas também com os europeus. Estes realinhamentos viriam, por sua vez, incidir sobre Ormuz, adquirindo no seu estreito um carácter global.

Para explicar o cruzamento e intersecção de conflitos europeus e regionais em torno da questão de Ormuz, é necessário ter em conta, não só todos os conflitos nas fronteiras continentais da Pérsia sefévida já mencionados, mas também as movimentações expansionistas que o Xá dirigiu a duas outras cidades de fundamental importância no quadro regional: Qandahar (1622) e Baçorá (1624-1625). Com efeito, as campanhas que Abbas levou a cabo para reconquistar cada uma delas para o seu império (lembremo-nos que, numa altura ou noutra, já ambas tinham feito parte do domínio sefévida) influenciariam ou seriam influenciadas pelos assuntos do estreito ormuzino, pelo que se se considerar os realinhamentos que se construíram em torno de cada uma destas disputas, é possível desenhar uma relação com a luta por Ormuz.

Enquanto Abbas, já com a cooperação inglesa bem acordada, se preparava para se lançar sobre Ormuz, era uma boa hora para reaver também para o seu império a cidade afegã de Qandahar, que lhe tinha sido conquistada em 1594 pelo imperador Mogol, Akbar (r. 1556-1605).

A cidade de Qandahar tinha desde há muito uma relação directa com Ormuz, reflectindo-se a intensidade do tráfego da rota que a atravessava nos mercados ormuzinos¹⁵³. Como se sabe, depois da conquista definitiva da ilha de Ormuz em 1515, os capitães portugueses da fortaleza não tardariam muito até começar a aproveitar-se da posição que detinham no reino ormuzino. Pouco demorou até que se encarregassem do controlo da alfândega e elevassem os impostos sobre o comércio de um modo exagerado, o que cairia obviamente no desagrado dos mercadores asiáticos. Além, claro, dos casos de corrupção e desvio de lucros da abastada alfândega em proveito da riqueza pessoal.

Os elevados impostos no porto de Ormuz, juntamente com as hostilidades que se aproximavam gradualmente do Golfo no início do século XVII, tornariam a escala na pequena ilha menos atractiva. Mas os mercadores orientais, especialmente os persas e os indianos, cedo encontraram uma rota alternativa para o comércio oriental: precisamente Qandahar¹⁵⁴. A ligação entre os mercados do Médio Oriente e da Ásia Mogol através de Qandahar tinha ainda outra vantagem sobre Ormuz: era bastante mais segura¹⁵⁵.

Não é de estranhar, portanto, que as campanhas para a recuperação de Ormuz e Qandahar tenham coincidido no tempo, pois, a sair vitorioso, o que acabou por acontecer, Abbas passaria a controlar as principais rotas

¹⁵³ W. FLOOR, *The Persian...* cit., p. 201.

¹⁵⁴ W. FLOOR, *The Persian...* cit., pp. 212, 222; L. GIL FERNÁNDEZ, «Ormuz...» cit., pp. 181, 185.

¹⁵⁵ R. P. MATTHEE, *The Politics...* cit., p. 67.

que cruzavam os seus reinos, sobretudo porque pouco tardaria até que se empenhasse na recuperação das não menos importantes cidades de Baçorá e Bagdad, de que se falará adiante.

Com o Xá determinado em recuperar o domínio sobre Qandahar e em aceso conflito com os vizinhos mogóis, os portugueses viam nesta querela a sua oportunidade para equilibrar as forças no Golfo, um equilíbrio que estava, por esta altura, já demasiado inclinado para o eixo anglo-persa. Os portugueses só teriam a ganhar enquanto perdurasse a luta pela cidade de Qandahar, pois, enquanto os persas estivessem entretidos nas suas fronteiras orientais, talvez os portugueses conseguissem alguma acalmia no estreito de Ormuz para poderem, pelo menos, recuperar o fôlego. O exército sefévida, ainda que intimidante e poderoso, via-se obrigado a dividir as suas forças por duas contendas, algo que Abbas sempre parecera esforçar-se por evitar.

Mas, por outro lado, o Xá tinha o apoio da força naval inglesa a insistir nas ofensivas do estreito de Ormuz. De facto, antes de iniciar a campanha pela recuperação de Qandahar, o Xá amparou-se na poderosa artilharia naval inglesa na costa persa do Golfo. Os portugueses, por sua vez, esperavam retirar vantagem da hostilidade mogol contra o Xá e até mesmo contra os ingleses. Já o cronista António Bocarro refere o quão conveniente era para os portugueses «mostrar-lhes [aos mogóis] quanto mais lhes convinha a amizade [portuguesa] que a dos ingleses e holandeses»¹⁵⁶. Depois de um acordo de paz, os portugueses e o Imperador Mogol, Jahangir, comprometeram-se a rejeitar qualquer tipo de acordo comercial tanto com ingleses como com holandeses, bem como a não lhes providenciar qualquer tipo de abrigo nos portos indianos. Por outro lado, Jahangir autorizava agora os portugueses a expulsar os ingleses de Surate. Ao mesmo tempo, portugueses e mogóis retomariam os seus laços comerciais.

Interferir e danificar as relações dos ingleses e holandeses na costa do Império Mogol foi uma das estratégias que os portugueses encontraram para responder à ameaça anglo-holandesa à sua hegemonia no Golfo Pérsico. Este cruzamento de rivalidades e o aproveitamento que os portugueses procuraram fazer delas, estão bem expressos numa carta enviada por Filipe IV ao Conde da Vidigueira. O monarca ibérico manifesta a vontade de empregar todas as forças dos seus Reinos «para que sem lhe alçar a mão se acabem de todo com os inimigos estrangeiros, e os Reis vizinhos se aquietem, e contenham e por entretanto procurareis conservar com eles a paz, e amizade, e desuni-los dos Ingleses e dos Holandeses usando todos os meios e inteligências que puderem ser a propósito, e que se fomenta a guerra entre o Mogol e o Persa como mais em particular [...]»¹⁵⁷.

¹⁵⁶ A. BOCARRO, *Década 13...* cit., p. 201, 393.

¹⁵⁷ Carta de Filipe IV ao vice-rei da Índia, o Conde da Vidigueira, 7 de Março de 1623, transcrita em P. CRASBEECK, *Comentários...* cit., pp. 302-305. Ver também Manuel de FARIA E SOUSA, *Ásia Portuguesa*, tradução de Maria Vitória Garcia Santos Ferreira, vol. VI, Porto, Livraria Civilização, 1945-1948, pp. 75, 172-173.

Os ingleses, talvez conscientes deste perigo, temiam a influência de Portugal sobre os potentados regionais, da mesma maneira que os portugueses também receavam a influência inglesa. Se o conflito entre persas e otomanos se reflectia no desvio da seda persa em favor dos navios mercantes ingleses, a disputa por Qandahar entre persas e mogóis poder-se-ia provar desvantajosa para os privilégios que até então guardavam na região. De facto, em algumas das cartas publicadas por William Foster, os ingleses não escondem o receio que a expedição persa contra Qandahar poderia arrastar¹⁵⁸: «O Rei da Pérsia, como é declarado, fez uma investida no território Mogol neste lado de Qandahar, e enviou outro exército para tomar Tatta no Sinde; o que, se acontecer, iniciará grandes distúrbios neste país para todas as pessoas, tendo este Rei convocado desde então todos os seus soldados para socorrer àqueles lugares»¹⁵⁹.

Mas a fortuna não estaria nem do lado lusitano, nem do lado mogol, e no conflito contra persas em torno de Ormuz e Qandahar, respectivamente, seriam eles os derrotados. Aproveitando-se da confusa situação dentro do Império Mogol, ao que não era alheia a débil saúde do imperador Jahangir e a instabilidade e intrigas que a sua sucessão suscitava no seio da sua corte¹⁶⁰, Abbas lograria recuperar Qandahar em 1622.

No mesmo ano também os portugueses perderiam Ormuz, não conseguindo sustentar por mais tempo o ataque anglo-persa e rendendo-se perante tal aliança em Maio de 1622¹⁶¹. A defesa da fortaleza de Ormuz é muitas vezes apontada como insuficiente¹⁶², o que se explica em parte pelo já mencionado facto de o *Estado da Índia*, cujos rendimentos na altura passavam por uma severa crise, se encontrar sem alternativas e sem condições para evitar agressões vindas de tantas direcções. No mesmo ano, por exemplo, lembrem-nos da tentativa holandesa de ocupar Macau, que, mesmo tendo resultado

¹⁵⁸ P. DELLA VALLE, *The Travels...* cit., pp. 417-419, descreve algumas das tensões entre ingleses e mogóis.

¹⁵⁹ Carta de George Pike para a Feitoria de Surate, Broach, 7 de Julho de 1622, em W. FOSTER, *The English...* cit., p. 99.

¹⁶⁰ Sobre o reinado do Imperador Mogol, Jahangir, ver J. F. RICHARDS, *The Mughal...* cit., pp. 94-118.

¹⁶¹ Para mais detalhes sobre a sucessão de eventos em torno do ataque anglo-persa e consequente perda portuguesa de Ormuz, ver P. CRASBEECK, *Comentários...* cit.; C. R. BOXER, «Anglo-Portuguese...» cit.; L. CORDEIRO, *Batalhas...* cit.; e R. M. LOUREIRO, «A Perda...» cit.

¹⁶² Goa estava bem consciente de como era necessário defender e socorrer Ormuz, como está bem expresso no já mencionado «Assento do Conselho que fez o Governador Fernão de Albuquerque», de 20 de Outubro de 1621, em L. M. AZEVEDO, *Apologéticos discursos...* cit., pp. 87-90. E. MONNOX, «História...» cit., p. 343, testemunha as condições deploráveis dos portugueses dentro da fortaleza ormuzina. Sobre o estado preocupante de Ormuz, ver «Memorial de Matheo Duarte, morador em Goa como Produrador de Mamedexa, Rei de Ormuz», 23 de Abril de 1622: «[...] é muita a pobreza em que hoje em dia vive [Ormuz] porque muitas das suas terras estão cobradas ou arruinadas e as vendas delas diminuídas como também o Xá Rei da Pérsia as tem ocupadas [...]; [o comércio] na Ilha de Ormuz que hoje não importa a terça parte do que rendia nos tempos dos Reis seus antecessores a cuja causa não pode [o Rei de Ormuz] acudir com socorro nem dinheiro as suas fortalezas [...]» [TT-SV, Cx 19, fol. 76 A].

em fracasso¹⁶³, acabou por desviar naturalmente as debilitadas forças que os portugueses tinham nos mares da Ásia de outras possessões expostas e ameaçadas.

A perda de Ormuz foi, de facto, uma grande perda para o *Estado da Índia* e para Portugal, e teve graves consequências na sua situação financeira, bem como no crédito que até então detinha no ultramar, pelo que não é de modo algum surpreendente que seja tantas vezes mencionada como o início do fim do império asiático português. Em 7 de Março de 1623 Filipe IV escreveria ao vice-rei da Índia insistindo na importância da recuperação de Ormuz e justificando-a «por restaurar o crédito que ali se perdeu, como por tirar aos inimigos, e particularmente ao Xá o proveito que receberão de estar em seu poder aquela praça todavia intentando eles ocupar outra das desse estado [o *Estado da Índia*]»¹⁶⁴. Contudo, mesmo nunca tendo conseguido recuperar Ormuz, a derrota perante a coligação anglo-persa estava longe de ser o fim da luta portuguesa pela fortaleza e pelo controlo do estreito¹⁶⁵. Sendo forçados a abandonar a ilha, os portugueses instalar-se-iam em Mascate¹⁶⁶ (onde já tinham uma fortaleza), na costa árabe do Mar de Omã, uma cidade portuária que também segurava uma posição privilegiada à entrada do Golfo Pérsico. Seria a partir deste porto que, de ora em diante, os portugueses preparariam as suas movimentações contra Ormuz, não deixando, entretanto, de aceder, ainda que de um modo menos significativo, aos lucros do comércio do Golfo. Mas também a fortaleza de Mascate, ainda que mais apartada da costa persa e do estreito onde os ingleses investiam, exigia ser cautelosamente conservada, como aliás o sabia Filipe IV: «[...] e porque Mascate é agora fronteira de Ormuz, e se se perdesse (o que Deus não permita) não ficaria naquele estreito outra coisa em que pôr os olhos, deveis ordenar tudo o que julgardes por necessário, para que se conserve,

¹⁶³ C. R. BOXER, *Nuno...* cit., pp. 15-16; A. S. REGO, «1622...» cit., pp. 37-39.

¹⁶⁴ Carta de Filipe IV, ao vice-rei da Índia, Conde da Vidigueira, 7 de Março de 1623, transcrita em P. CRASBEECK, *Comentários...* cit., pp. 302-305. Também o Governador da Índia, Fernão de Albuquerque, numa carta datada de 31 de Março de 1622, chama a atenção para a urgência do monarca habsburgo «voltar os olhos para este Estado [da Índia]», sublinhando a necessidade particular de acudir a Ormuz «que é uma praça tão nomeada no mundo em que todos têm posto os olhos [...]» [TT-SV, Cx. 19, fol. 100]. A perda de Ormuz é muitas vezes *dramatizada* eloquentemente. Ver, entre outros exemplos, P. CRASBEECK, *Comentários...* cit., pp. 41, 43; ou L. M. AZEVEDO, *Apologéticos discursos...* cit., pp. 31, 87-88. Citando P. DELLA VALLE, *The Travels...* cit., p. 8, com a perda de Ormuz «[...] tudo o resto [que os portugueses possuíam] naquelas partes ficava em grande perigo [...]». A. V. SALDANHA, «Da Paz...» cit., pp. 65-66, aponta a perda de Ormuz de 1622, «um dos mais prezados pontos estratégicos do Estado da Índia», como o «símbolo mais efectivo» do seu declínio.

¹⁶⁵ Sobre a necessidade de recuperar Ormuz ver «Razões que ocorrem na perda de Ormuz que obrigam a que se intente cobrar-se, e as que confirmam o contrário», em ML-Lv.1116-Doc.48, fol. 544-557. No entanto, existiam também opiniões contrárias a este empreendimento. Ver «Razões que os homens de opinião contrária ao que fica concluído apontam para se haver de intentar cobrar-se Ormuz», em ML-Lv.1116-Doc.48, fols. 558-567.

¹⁶⁶ Decifrado da Carta do vice-rei da Índia para Filipe IV, 6 de Abril de 1623 [TT-SV, Cx. 19, fol. 154].

e os mercadores e nações amigas que acudiam a Ormuz, enquanto ele não se recobra, achem ali o comércio e abrigo que lá tinham [desviando] dos Persas por Baçorá, Catifa, e as terras do Bombareça, e procurando que as naus do Sinde, e do norte vão a Mascate [...]»¹⁶⁷.

Os contra-ataques portugueses a Ormuz que se seguiram provar-se-iam consideravelmente fortes, especialmente depois de Rui Freire de Andrade se ver rendido por uma armada enviada por Goa comandada pelo Capitão Nuno Álvares Botelho¹⁶⁸, quando a recuperação de Ormuz e a expulsão dos rivais europeus já se tinham tornado objectivos imperativos para o monarca habsburgo, Filipe IV: «[...] tudo se há de empregar na recuperação de Ormuz se outra maior necessidade não obrigar a que se lhe dê preferência, o que por agora me pareceu advertir-vos para que melhor possais tratar do que convier a meu serviço, e a defesa, e conservação desse estado [*o Estado da Índia*] [...] tanto importa de cobrar Ormuz, e desalojar os inimigos da Europa dos postos que vão ocupando para que esse estado torne ao que já foi [...]»¹⁶⁹.

Ormuz encontrava-se agora em mãos persas e os ingleses estavam finalmente autorizados a usufruir dos lucros que cruzavam o estreito¹⁷⁰. Depois de tomar Ormuz, o Xá podia concentrar-se em estender a sua suserania através do Golfo, o que implicava também, ou assim ele o pretendia, a

¹⁶⁷ Carta de Filipe IV ao vice-rei, Conde da Vidigueira, 7 de Março de 1623, transcrita em P. CRASBEECK, *Comentários...* cit., pp. 302-305. Segundo Luís de MATOS, *Das Relações...* cit., p. xviii, havia quem defendesse que se deveria investir em Mascate, de maneira a fazer desta cidade «outro Ormuz, assaltar os portos persas e proceder ao bloqueio da ilha».

¹⁶⁸ Nuno Álvares Botelho é enviado para o Golfo em 1620 [Decifrado de uma carta de Fernão de Albuquerque, Governador da Índia, sobre o deplorável estado dela, 31 de Março de 1622, TT-SV, Cx 19, fol. 100]. Sobre a armada de Nuno Álvares Botelho ver a *Relação sumária e mui verdadeira dos sucessos da Armada do Capitão Geral Nuno Álvares Botelho*, 9 de Dezembro de 1624 a 9 de Dezembro de 1625, publicada e anotada por Charles R. Boxer em 1928. A autoria da *Relação* levanta algumas dúvidas, mas o seu valor é bastante interessante para compreender o contexto das tentativas de recuperação da fortaleza de Ormuz. Diz o autor que: «Tratou o vice-rei Dom Francisco da Gama, conde almirante, e logo com este socorro aprestar poderosa armada contra os inimigos de Europa, que se ajuntavam no poço de Surate, para daí irem a descercar Ormuz, e ajudar ao persa a conservar aquela força que nos tinha tomado, com a ajuda dos mesmo inimigos, e que o capitão geral Rui Freire tinha de cerco, com alguns navios, com que andava naquele estreito», C. R. BOXER, *Nuno...* cit., p. 7. Ver também o «Traslado do quartel em que o Capitão General Nuno Álvares Botelho desafiou com a sua Armada as da Inglaterra e Holanda que estava em o Poço de Surate» [BNL, Cód. 465, fol. 84].

¹⁶⁹ Carta de Filipe IV ao vice-rei Conde da Vidigueira, 7 de Março de 1623, transcrita em P. CRASBEECK, *Comentários...* cit., pp. 303-305. Ver também W. FOSTER, *The English...* cit., pp. xii-xiii. Ainda em 1643 se falava na reconquista de Ormuz, como se pode ver pela carta de Pedro Vieira da Silva ao Visconde de Vila Nova da Cerveira, que menciona as discórdias na Pérsia e a paz na Índia com ingleses e holandeses, como pretexto para a recuperação da fortaleza perdida duas décadas antes [BA, Cód. 51-VIII-25, fol. 1].

¹⁷⁰ Sobre a cooperação dos ingleses com os persas na conquista de Ormuz aos portugueses, diz M. N. PEARSON, *The Indian...* cit., p. 148, que os ingleses «pouco crédito e vantagem» conseguiram de tal empreendimento. No entanto, para K. CHAUDHURI, *Trade...* cit., p. 85, a perda do controlo do Estreito de Ormuz por parte dos portugueses abriu os mercados do Médio Oriente aos ingleses e aos holandeses pelo Oceano Índico (lembremo-nos que tanto ingleses como holandeses já lhes tinham acesso através do Mediterrâneo).

tomada de Baçorá aos otomanos. Alcançada tal conquista, simultaneamente com a recaptura de Bagdad (cuja preservação em mãos otomanas era essencial para impedir o avanço persa sobre o território turco), Abbas lograria afirmar a sua posição também no Levante, consolidando-se firmemente no quadro regional.

No que diz respeito a Baçorá¹⁷¹, como se sabe, estava desde 1546 sob o controlo otomano. Em palavras de Charles Boxer, «*adversity does indeed make strange bed-fellows*»¹⁷² e, numa inesperada reviravolta de acontecimentos, ao ser atacado pelos persas, o *pasha* turco de Baçorá recorreu, em 1624, ao apoio português. Os portugueses, determinados que estavam na recuperação de Ormuz, responderam ao apelo turco. Este imprevisível alinhamento junto das forças turcas na defesa da cidade de Baçorá comportava duas vantagens: por um lado, a distração persa com assuntos para além de Ormuz debilitava a defesa desta fortaleza contra os portugueses; por outro, a localização estratégica de Baçorá era extremamente conveniente para as pretensões portuguesas de continuarem a usufruir do comércio que navegava as águas do Golfo.

Temendo que a conjugação de forças portuguesa e otomana fosse demasiada para o exército persa, o Xá solicitou de novo a ajuda dos ingleses. Estes, no entanto, não aquiesceram, pois continuavam determinados a não cultivar qualquer tipo de inimizade com a Sublime Porta, uma vez que era do seu interesse não prejudicar a sua posição nas redes do comércio levantino¹⁷³. Apesar de negarem o seu apoio ao Xá na questão de Baçorá, os ingleses continuariam a defender Ormuz contra os portugueses, contando agora com o apoio naval dos holandeses¹⁷⁴, já decididos a investir no comércio da seda persa. Apesar de terem conseguido atacar Baçorá mais do que uma vez, e mesmo tendo conseguido ocupar Bagdad, os persas não conseguiram concretizar os seus intentos de conquistar Baçorá¹⁷⁵.

¹⁷¹ Sobre os interesses regionais em torno de Baçorá ao longo do século XVII, ver Rudi MATTHEE, «Between Arabs, Turks and Iranians: The Town of Basra, 1600-1700», in *Bulletin of the School of Oriental and African Studies*, 69, 1 (2006), pp. 53-78.

¹⁷² C. R. BOXER, «Anglo-Portuguese...» cit., p. 91.

¹⁷³ P. CRASBEECK, *Comentários...* cit., pp. 46-47; A. A. M. Awad, «The Gulf...» cit., p. 126; C. R. BOXER, «Anglo-Portuguese...» cit., p. 91; e também W. FLOOR, *The Persian...* cit., p. 548-549.

¹⁷⁴ Na *Relação da Armada de Nuno Álvares Botelho* (C. R. BOXER, *Nuno...* cit., p. 16), diz o autor que «esta foi a primeira vez que os inimigos holandeses e ingleses se juntaram contra» os portugueses. No entanto, uma correcção de Charles Boxer chama a atenção para um episódio passado em Junho de 1622 perto de Moçambique, em que uma esquadra anglo-holandesa havia derrotado o Vice-rei Francisco da Gama, Conde da Vidigueira. Na cópia do decifrado da Carta do Vice-rei da Índia para Filipe IV, datada de 6 de Abril de 1623, o Conde da Vidigueira demonstra bem como a ameaça de ingleses e holandeses se espalhava por todos os domínios portugueses no Oriente [TT-SV, Cx. 19, fol. 154]. Sobre a ameaça holandesa em particular para as possessões asiáticas portuguesas, entre as quais Ormuz, ver Carta de Filipe IV para os governadores, escrita em Madrid em 30 de Novembro de 1622 [TT-SV, Cx. 19, fol. 167].

¹⁷⁵ Para saber mais sobre a campanha de Baçorá e de Bagdad, ver R. MATTHEE, «Between...», cit.; W. FLOOR, *The Persian...*, cit., pp. 548-550; e P. DELLA VALLE, *The Travels...* cit., pp. 422-429. Ver

De qualquer forma, no ano de 1625, a Pérsia de Abbas I, o *Grande*, alcançava a sua máxima expansão, reclamando um vasto território entre os Impérios Otomano e Mogol, ao mesmo tempo que mantinha as pretensões e movimentações europeias no Golfo sob um apertado controlo.

No que concerne a Ormuz, o seu ciclo como centro económico e estratégico de reconhecida importância chegava ao fim. Depois de conquistada a ilha e o estreito aos portugueses, os persas, perfeitamente cientes da sua inferioridade naval, vital para proteger qualquer porto insular, principalmente um tão disputado como Ormuz, transferiram prontamente todo o movimento que dava vida a esta inhóspita ilha para o porto de Bandar-Abbas, no litoral persa do Golfo, que seria, eventualmente, atravessado pelas mesmas rotas, produtos e mercadores.

A intensa actividade comercial de Bandar-Abbas – mesmo sem alcançar a prosperidade que afamara Ormuz durante todo o século XVI¹⁷⁶ – deixaria evidentemente de responder perante os portugueses. Apesar de tudo, a perda de Ormuz não significou o desaparecimento dos portugueses do Golfo. Pouco tardaria até que a cordialidade fosse retomada, seguindo-se muitos anos de saudáveis relações comerciais com a Pérsia da dinastia sefévida, que teria ainda mais um século de existência. Só que Portugal era agora apenas mais um dos beneficiados da riqueza que atravessava o Golfo. Um detalhe mínimo, afinal, no contexto de um império que enfrentava agora um sem fim de ameaças às quais não conseguia responder cabalmente. Relegado para uma posição meramente secundária nos mares asiáticos, Portugal, que não tardaria muito até se ver separado da Coroa dos Habsburgos e sob o reinado da dinastia de Bragança, não demoraria a encarar as potencialidades do Atlântico, nomeadamente, do Brasil. Mas, de novo, os «inimigos da Europa» e as suas frotas encontrariam rotas e ventos para as costas atlânticas¹⁷⁷. O conflito globalizado que agitara as águas persas neste primeiro quartel do século XVII deslocar-se-ia apenas para outros paradeiros, reacendendo velhos conflitos sobre novas pretensões – territoriais, políticas e económicas.

também «Relación verdadera de la muerte del Gran Turco Acomates, y de los bandos, y discórdias sobre la sucesion de aquel Império, juntamente com las razones y causa de su muerte. Dase cuenta de la guerra que le da el Rei de Persia, y las terras que le va ganando, y assi mismo del buen fin que se espera mediante Dios, para provecho y servicio suyo» [BA, Cód. 51-IX-16, fols. 179-182].

¹⁷⁶ Ver J. L. BACQUÈ-GRAMMONT, D. COUTO & M. TALEGHANI, *Atlas...* cit., pp. 306-309 (entre outros). Sobre a transferência do porto de Ormuz para Bandar-Abbas, o antigo Comorão, diz J. T. CUNHA, *Economia...* cit., p. 15: «Tal resposta, corporizada no Índico Ocidental em portos como Bandar Abbas na Pérsia, o antigo Bandel do Comorão ormuzino, e Surate no Império Mogol, prenunciam já um tipo de cidade portuária totalmente nova, a do porto nacional. Este novo fenómeno trata-se, até certo ponto, de uma resposta asiática à presença europeia nas suas águas e nos seus portos, de modo a controlar a sua influência e a aumentar os réditos do soberano».

¹⁷⁷ Lembremo-nos da ocupação holandesa da Baía em 1624-1625 e da sua invasão de Pernambuco em 1630 (ver C. R. BOXER, *O Império...* cit., p. 121).

Conclusão: 1622 à luz da história global

O conflito por Ormuz, que em 1622 resultou na sua conquista pelos persas e no desmembramento do Império Português do Oriente, tem sido observado essencialmente no âmbito estrito da história deste império e das suas venturas e desventuras (na circunstância, evidentemente, muito mais as segundas do que as primeiras). O que se procurou neste trabalho foi fazer uma releitura desse episódio à luz da nova história global¹⁷⁸. Tratou-se sobretudo de reposicionar o caso de Ormuz em cada um dos contextos a que ele, de alguma maneira, pertence.

Crê-se ter demonstrado nas páginas anteriores que, neste primeiro quartel de Seiscentos, Ormuz constituiu de facto um palco de conflito que ultrapassou em muito uma escala meramente local ou regional, nele convergindo interesses múltiplos e muito diferenciados do ponto de vista político, económico, religioso, cultural e geoestratégico. Não só, portanto, os interesses dos intervenientes mais directos, portugueses e persas, os primeiros procurando conservar a «pedra do anel» do seu império oriental, por esta altura já em irreversível declínio, os segundos procurando recuperar a soberania sobre a ilha e assim reforçar o seu controlo sobre o estreito e todo o Golfo Pérsico. Mas também os interesses de ingleses e holandeses, cujo apoio às pretensões do Xá visava não só obter contrapartidas de participação no comércio da seda, como o alargamento das suas próprias áreas de influência estratégica ao Índico Ocidental e ao Golfo Pérsico, à custa das posições ultramarinas dos Habsburgos. A questão de Ormuz interessava ainda aos otomanos, não tanto em si mesma, mas na medida em que ela pudesse reforçar a posição da Pérsia sefévida como potência regional no Médio Oriente e no Golfo Pérsico (onde os turcos conservavam Baçorá como a sua mais importante posição), ou na medida em que pudesse comprometer os seus entendimentos comerciais com os holandeses e os ingleses no Mediterrâneo Oriental. Interessava igualmente aos mogóis, principalmente na medida em que os assuntos da ilha de Ormuz não podiam deixar de ter uma influência indirecta quer na disputa que mantinham com os persas sobre o controlo do Afeganistão, nomeadamente em torno de Qandahar, quer no estado das

¹⁷⁸ Nos últimos anos tem havido uma clara tentativa de definição do «campo de acção» da história global. A título de exemplo, veja-se Bruce MAZLISH, «Global History», in *Theory, Culture, and Society*, Volume 23, Número 2/3, 2006, pp. 406-408; Patrick O'BRIEN, «Historiographical Traditions and Modern Imperatives for the Restoration of Global History», in *Journal of Global History*, 2006 (1), pp. 3-39; ou Wolf SCHÄFER, «Global History», in *Encyclopedia of Globalization*, Roland ROBERTSON e Jan Aart SCHOLTE *et al.*, Nova Iorque e Londres, Routledge, vol. 2, pp. 516-21. O crescente interesse na história global tem-se manifestado de diversas formas, entre elas, a publicação da revista *Journal of Global History*, que viu o seu primeiro número lançado em 2006. Este interesse está intimamente ligado ao compromisso que os historiadores assumiram recentemente de estudar o processo da globalização, um compromisso que, apesar de tardio, tem resultado em importantes trabalhos para a disciplina, como é bom exemplo o livro de Anthony G. HOPKINS (ed.), *Globalization in World History*, Londres, Pimlico, 2002 – a primeira obra dedicada à globalização escrita inteiramente por historiadores.

suas relações com as potências europeias. E finalmente não deixava alheios os potentados árabes, que tanto se alinhavam junto de uma ou outra das demais potências, consoante a que melhor servia os seus interesses, como se limitavam a observar e a aguardar até tomarem a sua posição no quadro de poderes da região.

O conflito de Ormuz envolveu, deste modo, uma multiplicidade de outros conflitos: o conflito que na Europa dividia católicos e protestantes, ou aquele que mais especificamente opunha a Inglaterra e as Províncias Unidas à Monarquia Habsburgo, o conflito que nessa mesma Europa e no Mediterrâneo opunha a cristandade e os turcos, o conflito que no Médio Oriente envolvia otomanos, persas e árabes, o conflito que na Ásia Central entretinha os impérios persa e mogol, e o conflito que opunha os impérios ultramarinos europeus aos impérios asiáticos. Todos estes conflitos (e, por vezes, as surpreendentes alianças) entre protagonistas de quadros geopolíticos e culturais tão diferenciados e, em certos casos, tão distantes, acabaram por convergir assim na disputa pelo controlo de Ormuz, conferindo-lhe uma dimensão verdadeiramente «global».

Umas conclusões prudentes deveriam talvez terminar aqui. Mas se quisermos estender o seu alcance e dar um contributo para a discussão em torno da cronologia e das origens do processo de globalização¹⁷⁹, é possível acrescentar que, tendo sido a primeira vez que um conflito com aquela variedade de intervenientes ocorreu na História, ele poderá configurar mesmo o primeiro exemplo consistente de globalização das relações internacionais da era moderna.

¹⁷⁹ Sobre esta discussão veja-se, por exemplo, Adam McKEOWN, «Periodizing Globalization», in *History Workshop Journal*, 2007, 63 (1), pp. 218-230; Kevin O'ROURKE & Jeffrey WILLIAMSON, «When did globalisation begin?», in *European Review of Economic History*, vol. 6.01 (2002), pp. 23-50; Kevin O'ROURKE & Jeffrey WILLIAMSON, «Once more: When did globalisation begin?», *European Review of Economic History*, vol. 8.01 (2004), pp. 109-117; Dennis O. FLYNN, Arturo GIRÁLDEZ & Richard von GLAHN, *Global Connections and Monetary History, 1470-1800*, Aldershot, Ashgate, 2003; Dennis O. FLYNN & Arturo GIRÁLDEZ, «Cycles of Silver: Globalization as historical process», in *World Economics*, vol. 3.02 (2002), pp. 1-16; e Dennis O. FLYNN & Arturo GIRÁLDEZ, «Path dependence, time lags and the birth of globalisation: A critique of O'Rourke and Williamson», in *European Review of Economic History*, vol. 8.01 (2004), pp. 81-108.